

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE DESPORTOS – CDS  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**LUIZA DOS REIS AGUIAR**

**ENTRE A ONG E A ESCOLA: A PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM  
DIFERENTES AMBIENTES EDUCACIONAIS**

**FLORIANÓPOLIS, 2011**

**LUIZA DOS REIS AGUIAR**

**ENTRE A ONG E A ESCOLA: A PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM  
DIFERENTES AMBIENTES EDUCACIONAIS**

Trabalho apresentado à disciplina Seminário de Conclusão de Curso (DEF 5875), como requisito para a graduação em Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora Dra. Luciana Pedrosa Marcassa

**FLORIANÓPOLIS, 2011**

**LUIZA DOS REIS AGUIAR**

**ENTRE A ONG E A ESCOLA: A PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM  
DIFERENTES AMBIENTES EDUCACIONAIS**

Trabalho apresentado à disciplina Seminário de conclusão de Curso II (DEF 5875), como requisito para a graduação em Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Santa Catarina.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Dra. Luciana Pedrosa Marcassa MEN/CED (orientadora)

---

Dra. Iracema Soares de Sousa /CDS/UFSC (examinadora)

---

Dra. Suze Gomes Scalcon/ MEN/ CED (examinadora)

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, os grandes incentivadores e os quais proporcionaram-me todas as condições para o estudo e minha formação como pessoa, além de me oferecer todo carinho, compreensão, apoio, amizade e amor.

Às minhas irmãs, que sempre me incentivaram, que estavam comigo nas horas mais difíceis, me apoiando, aguentando meu momentos de agonia, principalmente no período de finalização desta pesquisa, mesmo uma delas estando a alguns quilômetros de distância, porém este fato não é suficiente para diminuir nossa união e amor.

Aos meus avôs (em memória), e as minhas avós por todo o amor, em especial para minha avó materna, que principalmente nessa fase de término da graduação, torceu muito e me deu muita força para continuar.

Vocês são o meu maior e melhor presente, devo tudo a vocês, nada tem mais valor para mim que este amor.

A todos os meus familiares e amigos, que mesmo de longe me ajudaram, incentivaram, me ofereceram amor e carinho, durante estes anos em que estava na graduação.

Aos meus colegas da turma de 2007/2, por todos estes anos juntos, compartilhando muita alegria, festas, choros, e amizade. Principalmente ao “quinteto”, Viviane, Alessandra, Mariama e Patricia, que por todos esses quatro anos, passamos momentos maravilhosos, a amizade de vocês foi/é fundamental.

Ao movimento dos estudantes de educação física, MEEF, o qual entrei em contato no ano de 2009, e de lá pra cá, aprendi a ver muita coisa com outros olhos, mas principalmente ao grupo de acadêmicos formado na UFSC, o Instinto Coletivo, ao qual fiz parte e devo muito da minha formação a esse grupo de pessoas.

Aos professores do CDS, que contribuíram em minha formação, em especial a Luciana, que foi minha professora de estágio, de outros trabalhos, e que me orientou para a realização desta pesquisa.

As instituições que me aceitaram para a realização desta pesquisa, e principalmente os professores de Educação Física das mesmas, pela ajuda.

Agradeço também as professoras da minha banca pela compreensão, e atenção. À professora Suze por também ter me auxiliado nesta pesquisa. Citando

novamente a Patricia, pois sua ajuda foi fundamental para a finalização deste trabalho.

Todos foram essenciais em minha formação, então, muito obrigada!!

## Causa e Efeito

Pouca coisa mudou

O responsável pela nossa tragédia não assimilou  
Que pra mudar é necessário mais que um discurso...

no percurso falei com gente estúpida

Penso no que diz nossa bandeira fica em dúvida

O que será que eles acham de nós,  
que não sabemos falar? Que não sabemos votar?

Nossa voz ta no ar

Por mais que eu tenha espírito de mudança  
vejo contradições que me causam desesperança

Cansa ver tanta gente ignorante

Tratando gente humilde de forma arrogante

Deselegante ao lidar com a maioria

Que fala com sotaque de periferia

Na correria, sobrevivendo a covardia

Daqueles que nos retribui com antipatia

A superação me emociona

Mas a apatia dos irmãos me decepciona

Vivemos da democracia que não funciona

Condição social que aprisiona

Vários vão a lona, sentados na poltrona

Recebendo ordens que serão ditadas na telona

E nos deixam como herança

Uma verdadeira erupção de criança na minha lembrança

Não da pra esquecer o que eu vi (na lembrança)

Não da pra esquecer o que senti. Percebi...

Que a policia continua sendo o braço governamental

Na favela dissemina o mal

Com suas fardas e caveirões

A serviço daqueles que controlam opiniões, que roubam  
milhões, donos de mansões

Constrói a riqueza com a fraqueza de multidões

Tubarões...engolem o peixe pequeno

Não vejo plantação de coca no nosso terreno

Vai além...vejo plantações de vida

de sonhos, de morte, ferida  
Que não cicatriza, que não ameniza  
Se o clima tiver tenso a paz não se estabiliza  
Pra mim é muito fácil de ser entendido  
Sem educação vários de nós vai virar bandido  
E a nossa pena não é branda  
Perdemos a infância, a juventude a fila anda  
Menos pra quem tem família com dinheiro  
Que paga pelo erro do filho o tempo inteiro  
Atitudes que eu não me identifico  
Bateram na empregada só porque o pai é rico  
Pai que vai a público falar de ética  
Sem saber que o filho é envolvido com droga sintética  
Vida frenética, fazendo merda pela rua  
Com a certeza que a justiça é menos energética  
Não é assim com a gente,  
Nova operação policial leva a alma de um inocente  
Deixa a criança ferida  
Com bala perdida  
Mais punição como medida  
Revelando a incompetência

Combatente não aceita  
Comando de canalha que a nós não respeita  
Excluído, iludido  
Quem nasce na favela é visto como bandido  
Rouba muito, magnata  
Não vai para cadeia e usa terno e gravata  
Causa e efeito  
Só dever sem direito

A corrupção permite  
que atrocidade ultrapasse seu limite  
Por mais que parte elite evite  
Um afro genocídio existe  
onde pessoas morrem por conta da cor  
Com sobrenome comum não temos valor  
Artista câo, que fala de amor,

Não fecha com nós nem na hora da dor  
Por isso eu faço do meu palco um púlpito  
usando minha voz contra um Brasil que é corrupto  
Impunidade fala mais alto  
Os homens de preto sobem o morro pra defender o asfalto  
que impotente, assistem a tragédia  
No desnível entre a favela e a classe média  
Que tratam o gueto como se fosse a África  
numa distancia que nem chega a ser geográfica

Distanciamento provocado pelo preconceito  
Como se nascer aqui fosse um defeito, não é!  
É parte de um destino que você ajudou a escrever,  
quando não quis se envolver  
Vem, vem aqui combater a conseqüência de política de ausência  
que resulta em violência  
Se o foco não for mudado, não terão resultado  
e o ódio na juventude é uma tendência  
Sem escola, sem escolha  
Expectativa de vida até que o crime te recolha  
Vários do lado do bem, são empurrados pro mal  
vitimas da convulsão social  
País tropical, povo sensual  
Fábrica de gente em condição marginal  
que não conseguem pensar, que não conseguem falar  
Parasitas não iram prosperar.

Mv Bill.



## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo conhecer e analisar a realidade e a prática pedagógica da Educação Física, considerando o seu desenvolvimento em diferentes instituições: a Escola e a ONG. Toma-se como referência a escola Hilda Theodoro, e a ONG Casa da Criança, pelo fato de que ambas se localizam no Bairro Trindade, em Florianópolis, e atendem a um mesmo grupo de crianças e adolescentes, que transitam entre esses diferentes espaços educacionais, entre o período matutino e vespertino. Para tanto realizou-se um estudo exploratório descritivo, que tomou como instrumentos de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas, questionários, análise documental e observações registradas em diário de campo. Partindo da finalidade pedagógica destas instituições, interroga-se as possíveis diferenças relacionadas à prática pedagógica da Educação Física. Tendo em vista tal problemática analisa-se alguns aspectos que cercam a prática pedagógica da Educação Física: os planejamentos, os objetivos, o avanço programático de conteúdos, o tempo e o espaço pedagógicos, as condições de trabalho dos professores, as relações professor-aluno, a mobilização para as aulas e as dificuldades relacionadas ao trabalho pedagógico tanto na ONG quanto na Escola. Conclui-se que as atuais políticas educacionais apontam para um sucateamento da Escola pública em benefício das ONGs, o que afeta diretamente a qualidade e o sucesso da prática pedagógica da Educação Física.

**Palavras Chave:** Educação Física. Escola. ONG. Políticas Públicas.

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 ELEMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS.....</b>	<b>15</b>
<b>3 ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES: A ONG E A ESCOLA .....</b>	<b>25</b>
4.1 A Casa da Criança – Morro da Penitenciária .....	25
4.1.1 Entrando em contato com a Casa da Criança .....	30
4.2 Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira .....	33
4.2.1 Entrando em contato com a escola .....	39
<b>5 ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS E DO OBSERVADO....</b>	<b>41</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>77</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surge pela vontade de entender a realidade e a prática pedagógica da Educação Física (EF), considerando o seu desenvolvimento em diferentes instituições: uma instituição de educação formal (escola) e a outra uma organizações civil (ONG), instituição de educação não-formal.

O tema desta pesquisa nasceu do contato com a Escola Hilda Theodoro Vieira, localizada no Bairro Trindade, na Cidade de Florianópolis, aonde atuei como monitora de estágio supervisionado em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina.

Conhecendo melhor esta escola obtivemos a informação de que a maioria de seus estudantes também frequentam as aulas de Educação Física oferecidas pela ONG Casa da Criança, a qual se localiza no Morro da Penitenciária, próximo à escola.

A partir do contato inicial com a ONG e com a escola, começamos a perceber que a Educação Física nesta última enfrentava um conjunto de limites e dificuldades, enquanto a Educação Física na ONG contava com uma série de vantagens e facilidades, desde a questão das instalações e materiais, passando pela valorização deste campo de estudos e práticas pelas respectivas instituições, até o envolvimento dos alunos com as aulas. Assim, ocorreu a questão: *como a Educação Física vem sendo desenvolvida nessas duas instituições? Considerando que uma é responsável pela educação formal e a outra é uma instituição não-formal de educação, é possível identificar alguma diferença em relação à prática pedagógica da Educação Física? Como se dá o trato pedagógico dos conteúdos da cultura corporal nesses diferentes espaços de educação? Será que as aulas de Educação Física são mais atrativas na ONG ou na escola?*

Para a concretização deste trabalho foi realizada uma pesquisa de cunho descritivo exploratório, que adotou como instrumentos de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas, questionários, análise documental e observações de campo.

Quando já em contato com as instituições, por meio de observações e levantamento de dados junto aos dois campos de pesquisa, algumas outras questões foram surgindo: Porque os alunos demonstram gostar mais das aulas de

EF na ONG? Porque na ONG as aulas de EF acontecem, e na escola dificilmente? Qual a relação dos alunos com o saber acerca da cultura corporal? Quais os aspectos que motivam e mobilizam estes alunos para as aulas de EF? O que dificulta ou facilita o trabalho dos professores? Que elementos constituem o trabalho pedagógico da Educação Física, especialmente em relação à transmissão do conhecimento, ao exercício do planejamento, ao trato com as crianças de diferentes idades e níveis, ao contato a comunidade? Como tem se dado a presença e/ou ausência do Estado no que tange ao cumprimento de suas responsabilidades, à garantia de direitos e à promoção de políticas públicas para a educação?

Em busca de respostas para essas questões, inicialmente foi preciso compreender como se caracterizam estas diferentes instituições, suas finalidades educacionais, seus objetivos, a natureza de seu trabalho, e as condições de estrutura e instalações. Posteriormente, procuramos compreender as aulas de Educação Física, considerando alguns aspectos que cercam a dimensão da prática pedagógica, tais como: o planejamento, objetivo, avanço programático do conteúdo, caráter; a rotina, a relação professor-aluno, a mobilização para a aprendizagem, e as dificuldades relacionadas ao trabalho pedagógico dos professores.

Finalmente interrogamos as motivações e os elementos que mobilizam os alunos para as aulas de Educação Física, seus desejos, necessidades e os sentidos que atribuem à aprendizagem da cultura corporal nas diferentes instituições.

Para tentar entender o que está envolvido nestas questões, além da pesquisa documental e empírica junto às instituições, foi realizado um estudo bibliográfico de autores e temas que se relacionassem com a nossa problemática de estudo.

Dessas leituras, algumas contradições foram sendo evidenciadas, sobretudo em relação ao papel desempenhado pelas Organizações Não-Governamentais atualmente no Brasil.

Em nosso país, as primeiras ONGs surgem na década de 1950, porém é na década de 1980 que elas se proliferam com o objetivo de lutar pela democracia, reivindicar direitos civis, sociais e políticos e ampliar o espaço de participação dos movimentos sociais, uma vez que “[...] a sociedade civil era considerada o espaço das lutas democráticas, ao passo que o Estado era o elemento repressor” (DOIMO apud MELO, 2005, p.41).

[...] grande parte das ONGs emerge atuando na assistência técnica, jurídica e também política para muitos movimentos sociais que apareciam na cena política brasileira. Também apresentam/representam temáticas com pouca visibilidade na agenda política, como direitos de grupos étnicos, mulheres, crianças e adolescentes, direitos humanos, de liberdade de orientação sexual, ecológicos, entre outros. (MELO, 2005, p.42).

Na década de 90 é iniciado um processo de investimento Neoliberal no Brasil, como um novo programa de ajustes políticos e sociais, que buscam superar o modelo keynesiano de desenvolvimento, no qual o Estado era forte e intervencionista. Esse novo investimento Neoliberal surge para atender aos interesses do mercado, diminuindo assim as intervenções do Estado.

[...] A tese da diminuição do tamanho do Estado, que segundo os neoliberais seria uma das saídas para a crise, na verdade se aplica à implementação direta de políticas públicas, assim como à atuação reguladora das intervenções do capital, por intermédio de múltiplas reformas na legislação e na aparelhagem estatal (MELO, 2005, p. 12).

Dessa forma há uma transferência de recursos e prioridades, do Estado para outros setores da sociedade civil, quanto à promoção de políticas públicas e sociais. No âmbito das políticas educacionais, trata-se de diminuir as responsabilidades e reduzir os gastos com a educação pública por meio das chamadas “parcerias público-privadas”.

É neste contexto que o Estado se desconcentra e se descentraliza, favorecendo e valorizando o crescimento do chamado “Terceiro Setor”, nem Estado, nem mercado, mas um campo diversificado de instituições e agentes privados que atuam sobre o chamado “interesse público”. O Terceiro Setor, seria então, constituído de organizações filantrópicas, sem fins lucrativos e não-governamentais, que atuam nas lacunas deixadas pelos setores públicos e privados, buscando o bem estar da população.

Uma das contradições que identificamos diz respeito à retração do Estado quanto à promoção de políticas públicas, porém, não em relação ao controle e ao financiamento das mesmas. Além disso, tendo em vista o processo de reestruturação capitalista, em que uma parcela significativa de trabalhadores tornou-se desempregada, as ONGs têm se tornado um espaço de absorção desses

trabalhadores, todavia, intensificando a precarização do trabalho e a perda de direitos.

Estas reflexões, que serão aprofundadas ao longo deste trabalho, serviram de apoio para entender a prática pedagógica da Educação Física nas duas instituições analisadas. Dedicamo-nos a elas, sobretudo, no primeiro capítulo.

No segundo capítulo procuramos caracterizar e apresentar as duas instituições educativas observadas, revelando aspectos do surgimento das mesmas, dos seus projetos políticos pedagógicos, da estrutura física, da relação com a comunidade, da prática pedagógica, das rotinas, dos problemas enfrentados, entre outros.

No terceiro e último capítulo, a partir dos dados coletados, buscamos analisar os aspectos do planejamento (objetivo, avanço programático do conteúdo, caráter); rotina das instituições; função social; relação professor-aluno; aprendizagem; mobilização, disponibilidade corporal; e as dificuldades no trabalho pedagógico, a partir das entrevistas realizadas com os professores, dos questionários aplicados aos alunos, dos registros das observações das aulas de educação física, da análise documental e dos referenciais teóricos que fundamentaram estas discussões.

Por fim, tem-se como objetivo conhecer e analisar a realidade e a prática pedagógica da Educação Física, considerando o seu desenvolvimento em duas diferentes instituições, na escolar, uma instituição de educação formal, e na organização civil, ONG, instituição de educação não-formal.

## 2 ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada em duas diferentes instituições de ensino, sendo uma escola e uma ONG. Nestas foram observadas as aulas de Educação Física, com um mesmo grupo de crianças e adolescentes, que transitavam entre uma instituição e outra, em diferentes períodos.

Para responder aos questionamentos iniciais foi realizada uma pesquisa de cunho exploratório descritivo.

Ela é exploratória, pois, como afirma Triviños (1987, p.109) “parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental”. Também é descritiva porque segundo Triviños (1987, p.110), tem o “[...] desejo de conhecer a comunidade, seus tratos característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho[...]”.

Este trabalho contou com uma revisão bibliográfica das temáticas discutidas e abordadas, além de ter adotado como instrumentos de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas, questionários, análise documental e observações de campo.

A análise documental realizada nas duas instituições de ensino, também se caracteriza como um estudo descritivo, porque “fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações sobre leis estaduais de educação, processos e condições escolares [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p.111).

Nesta análise documental buscou-se conhecer o que cada instituição tem como objetivo, seus planejamentos, enfim tudo o que envolve a prática pedagógica, e como elas se aplicam na prática.

### 3 ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Vivemos hoje um momento de avanço da pobreza e da miséria, que é fruto das contradições da sociedade capitalista, e também do projeto neoliberal que vem sendo operado desde a década de 90, alterando as responsabilidades do Estado com a promoção de políticas públicas.

O neoliberalismo surge como um conjunto de reformas que visam ajustar o sistema capitalista aos interesses do mercado, diminuindo, assim, a intervenção do Estado. Ele surge para se contrapor ao modelo de desenvolvimento e organização social anteriormente imposto, o Keynesiano.

O projeto Keynesiano foi posto em prática por diversos países, após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de recuperação das taxas de lucro do capital no pós-guerra, tendo na intervenção do Estado uma iniciativa fundamental nesse momento. Neste modelo a intervenção do Estado se dava em todas as esferas. Porém a partir da década de 60, com a forte regulação monopolista, esse sistema começa a ser questionado, surgindo então um novo modelo de liberalismo. No liberalismo, que antecede o Keynesianismo, ao Estado cabiam apenas duas funções: garantir a propriedade privada e cumprir os contratos. Esse novo liberalismo, o neoliberalismo, postula um limite na intervenção do Estado, pelo menos na parte econômica e política.

Essa nova forma de governo é o que chamamos de Estado-mínimo contrário ao estado de bem-estar social. A influência dessas políticas neoliberais resultou numa dependência financeira dos programas internacionais de financiamento que emprestam dinheiro aos países em dificuldade em troca de rígidas políticas econômicas. É importante ressaltar que todas essas mudanças refletiram muito na esfera do trabalho e modo de produção, alterando as políticas sociais e principalmente da educação (OLIVEIRA, 2008, p. 13).

Um consenso se estabeleceu em denominar “neoliberalismo” as políticas de privatização econômica e destruição das conquistas sociais, implementadas na Europa desde finais da década de 70, nos EUA desde o governo Ronald Reagan, na América Latina pós-ditaduras militares, na ex – URSS e na Europa Oriental pós – “comunismo”. Citando os traços comuns dessas políticas, fala-se em ofensiva neoliberal (COGGIOLA, 1995, p. 195).



Em nosso país, esse projeto é “[...] imposto pelo representante oficial do neoliberalismo no Brasil, Fernando Henrique Cardoso [...]” (COGGIOLA, 1995, p. 196). Governos anteriores ao de FHC tentaram implementar o projeto neoliberal no país, mas foram inglórios, a exemplo de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco.

Após a onda neoliberal, alguns fatos puderam ser observados, como: diminuição de impostos sobre grandes fortunas, com o objetivo de incentivar o investimento; falta de controle sobre os fluxos financeiros; o aumento das taxas de juros; redução de gastos sociais; e o surgimento de leis anti-sindicais. Em decorrência desses agravantes houve: aumento do grau de desemprego, causador de um excesso de mão-de-obra barata e desqualificada (exército social de reserva), juntamente com um perigoso descrédito das formas clássicas de se fazer política, como partidos e sindicatos (MELO, 2005, p. 11).

[...] as ONGs nascem durante o regime militar, e essa aparição acontece num viés de *duas negações: não ao governo e não ao mercado, (contra o estado e de costas para o mercado)*, sempre ligadas a movimentos de base, à igreja e a sindicatos. Esses movimentos populares (sociedade civil pobre e reprimida) têm nas ONGs assessoria na área de educação, de saúde, de habitação, e seus recursos advêm em grande parte da “solidariedade internacional”, de agências de cooperação para o desenvolvimento “pressionadas pelo sentimento de culpa de quem se enriquece graças à desigualdades internacionais”. As ONGs sempre vão propor uma condição democrática de atuação (OLIVEIRA, 2008, p. 17).

Começa a haver um processo de transferência de políticas sociais, antes promovidas pelo Estado, para os Executivos municipais. A estes coube a execução, enquanto o Estado permanece concentrando a autonomia financeira e de decisões.

Desde o início do século XX a participação do sistema privado na prestação dos serviços sociais é uma questão discutida, juntamente com o papel das ONGs nos anos 70 de criarem um canal de expressão das demandas populares e mais ainda nos anos 80 como operacionalização da incapacidade do setor público na prestação dos serviços. Os dados mostram que os financiamentos governamentais das ONGs cresceram muito dos anos 70 até os anos 90, estabelecendo assim uma relação de dependência mais que de reivindicação ou demanda política das ONGs para com o estado. [...] de um lado está a pobreza, violência, analfabetismo, desqualificação e do outro lado a filantropia empresarial, investimento social, comunidade, solidariedade, educação, cidadania, ética e responsabilidade social [...] (OLIVEIRA, 2008, p.17).

Aprofundando-se, essa descentralização que ocorre, especialmente, em relação às políticas de combate à pobreza, ou seja, de redistribuição e geração de renda, bem como ao esporte, à cultura, ao lazer e à educação e profissionalização, que passam a ser desenvolvidas pelas organizações civis sem fins lucrativos – as ONGs. Assim, além das políticas públicas e sociais, elas oferecem também serviços culturais, filantrópicos e de assistência, que já não estavam na esfera de ação exclusiva do Estado.

Assim, com esse eufemismo abre-se mais uma brecha para a privatização das políticas públicas, seja pela mercantilização de direitos, agora travestidos como serviços, ou pelo processo de filantropização. Essa ampliação do privado na execução de políticas públicas acompanha também os processos de precarização e focalização, indicando tanto a perda de qualidade dos programas pelo contingenciamento e pela lógica de mercado no processo, como também a destituição do caráter universal das políticas públicas em nome de atendimento seletivo aos comprovadamente pobres (DURIGHETTO apud MELO, 2005, p.24).

Procurando entender como o esporte se torna direito social, e como o Estado se relacionou com esse, é inevitável voltar à história do esporte no nosso país. O esporte que surgiu na sociedade sob o capitalismo industrial, como manifestação humana.

Em nosso país o esporte ganha “espaço” na década de 30, no governo Getúlio Vargas, quando o Brasil perde em uma competição internacional, e o presidente decide construir uma ordenação legal, em 1941, para organizar o esporte, que até o presente momento não estava à poder do Estado, para agora poder intervir.

A ampliação do acesso ao esporte é reconhecida pelos militares como direito social. Claro que esse reconhecimento se dá a partir das possibilidades “pedagógicas” dos esportes, bem como sua creditada possibilidade de ocupar o tempo dos jovens com uma diversão “sadia”. Não por acaso, ocorre um grande incentivo às associações atléticas nas universidades em relação aos direitos acadêmicos, na nova tentativa de americanização do modelo esportivo, em que os *campi universitários* brasileiros são vistos como celeiros de atletas e também como forma de tentar evitar o envolvimento político dos estudantes (MELO, 2005, p. 76).

A militarização do esporte no país tinha como modelo a Alemanha nazista. Desde criança, o futuro cidadão alemão dedicava-se ao esporte, o que vai se intensificando em outros lugares e momentos da vida nacional através da juventude hitlerista<sup>1</sup>, do Partido das Forças Armadas ou até mesmo nos locais de trabalho. O governo nazista empenhara-se na massificação do esporte como recurso de melhoria da saúde do povo (RODRIGUES, 2004, p. 30).

A preocupação do esporte passa a ser a de descobrir atletas para representar o país em competições internacionais, por isso seu objetivo torna-se o de abarcar o maior número de pessoas em sua prática, para assim ter uma maior possibilidade de encontrar seus “talentos”.

No Neoliberalismo o esporte passa, não mais, a ter a intervenção do Estado, e sim do mercado, agora é este quem dita as “leis”. Os papéis se invertem, o Estado para de intervir, ficando na mão de entidades privadas, porém é ele quem financia.

O novo momento vivido pela sociedade brasileira no plano político foi demarcado pela presença forte e interventora do Estado a favor dos mecanismos de mercado. Ao contrário do que profetizou o discurso neoliberal, não sumiu da cena política, mostrou-se, ao contrário, extremamente forte e interventor. Em meio às disputas políticas das forças sociais, o Estado agiu de maneira autoritária na aprovação das medidas necessárias aos interesses externos e internos ao capital [...] (OURIQUES, 2010, p. 88).

Junto com o início do governo Lula, pela história do PT como sendo um partido de esquerda, de muita luta, veio a expectativa de mudança, de um ponto final para o Neoliberalismo, e no campo esportivo, o reconhecimento do mesmo como direito social, tendo isso garantido pelo Estado, além de uma política que acabasse com o sistema piramidal existente. Ou seja, se almejava um governo que

concretizasse o acesso da população, através de políticas públicas, a essa prática social, que é o esporte, porém destinada a toda a população, e não apenas a uma determinada classe social.

Porém o que se pode perceber ao final do mandato do governo Lula, foi que não houve nenhuma mudança no que diz respeito ao acesso ao esporte, mas que houve uma continuação do esporte como mercadoria, o qual a maioria da população não pode consumir. Na realidade o que se verifica, na atualidade, é um governo em acordo com o esporte de alto rendimento, conservador, voltado para os Mega Eventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, atendendo aos interesses de instituições privadas, e não da população.

Apesar da grande expectativa sobre o governo do PT na presidência, o que houve foi uma continuação e um aprofundamento do projeto neoliberal. Isso fica claro com o aumento da taxa de superávit primário, no aumento das taxas de juros e na entrega da presidência do Banco Central a um ex – funcionário de um grande banco internacional (MELO, 2005, p. 25).

Apesar de, na década de 80, iniciar-se, em nosso país, uma discussão crítica sobre transformação política da educação física, capaz de ir contra o modelo esportivo vigente, as discussões não saíram do “papel”, portanto, não conseguiram mudar essa forma de pensar a educação física, pois o esporte comandado pelo mercado, já estava muito bem estruturado.

Por sua vez, o esporte enquanto rendimento e a grande competição passam a ser a principal forma de participação política do profissional de EF, e não reflete a realidade existente e não questiona o modelo estatal. O círculo fecha-se num sistema que se retroalimenta de maneira permanente (OURIQUES, 2010, p.92).

Até os dias atuais, no Brasil, nunca houve tanto dinheiro público destinado ao esporte de alto rendimento: Lei Piva, Lei de incentivo fiscal, Timemania (que é, também, uma forma de renúncia fiscal); recursos estatais de patrocínio a clubes e atletas; o orçamento do Ministério que, apesar de pequeno, é quase todo dedicado ao esporte de rendimento (CASTELLANI, 2008, p. 129).

O orçamento do Ministério do Esporte, em 2006, foi de menos da metade de 0,5 % do orçamento público brasileiro, e além de ser um valor insignificante, ainda boa parte dele foi utilizado em projetos voltados ao rendimento/performance.

[...] acreditamos que já existe uma diretriz mestre para este esporte e lazer que alcançou um nível de consenso esportivo nunca atingido, atacado ou mesmo questionado. Esse consenso estabelecido acerca das políticas públicas foi conquistado de maneira autoritária, arbitrária [...] (OURIQUES, 2010, p. 72).

A partir do relatório do Banco Mundial, em 1990, pode-se observar que há um reconhecimento da pobreza, e não da desigualdade social. Esse é o novo discurso da política social, “dos pobres, dos excluídos”, e não um discurso que diga, como traz Behring (2008, p. 75):

Olha, isso está acontecendo porque o capitalismo contemporâneo precisa recompor o exército industrial de reserva, para explorar mais a classe trabalhadora que fica no emprego formal, e gerar mais-valia, produzir mais-valia no sentido de alimentar esse processo perverso de acumulação do capital, esse processo de ampliação e aprofundamento da barbárie da vida social.

O que na Constituição de 1988, é chamado de política universal, no neoliberalismo é política focal, o que era direito de cidadania, agora é benefício é assistência. A política focal segue o caminho que transfere para as entidades/ pessoas privadas, aquilo que é direito e dever do Estado. Essa privatização acaba por transformar as políticas públicas em mercadoria, e transferindo a responsabilidade do Estado para o Terceiro Setor (MONTAÑO, 2008, p. 92).

Atualmente as políticas públicas estão cada vez mais focalistas, assim como afirma Montaña (2008, p. 92). Políticas focais são aquelas que buscam atender um determinado grupo da população, esta que vive em uma conjuntura de grande instabilidade social. Estas políticas são de caráter conservador, pois acreditam que o lazer e o esporte estão diretamente ligados ao combate às drogas e à violência, e a promoção da saúde. Acreditam que o esporte e lazer são como uma “fórmula” que irá acabar ou frear, a criminalidade e o uso de drogas, por essa determinada população.

Então o governo se livra de suas responsabilidades políticas perante a população, deixando o Terceiro Setor e as ONGs com este cargo, porém, ao mesmo tempo em que desconcentra sua função, acaba financiando o Terceiro Setor para que ele atenda às necessidades da comunidade. Como exemplo disso, temos secretarias de educação e assistência social transferindo verbas para as ONGs realizarem seu trabalho na comunidade. Ou seja, é um falso distanciamento do

Estado, pois não exerce mais as políticas, porém as financia, e está de acordo com o mercado.

A solução de todos os problemas sociais não se dará através de Programas de esporte, pois estes não darão conta desse “fardo”. Além de que o esporte não pode ser tratado como a resolução de problemas que demandam atos de ordem políticas muito mais decisivas do que somente a criação de programas esportivos (MELO, 2005, p. 83).

Como há uma desresponsabilização do Estado para com suas funções ações, as instituições privadas, ou estas junto com terceiro setor, levam à população das periferias, políticas que acabam mantendo-os na periferia do sistema (AMARAL, 2009, p. 46).

Isto porque, como são políticas focais, de assistencialismo, de alívio à pobreza, a vida dessas pessoas beneficiadas, nas ONGs, não muda política e economicamente. Enquanto continuarmos nessa sociedade de política neoliberal, capitalista, que prega o individualismo e a competição como elementos de uma ética que não tem o interesse a e intenção de mudar a estrutura política da sociedade, essas políticas de alívio à pobreza vão existir eternamente, pois o problema nunca vai ser sanado. Pois não vão à raiz do problema, que é estrutural, e não focal.

O terceiro setor é a nova forma de enfrentar o que está acontecendo na sociedade, em relação à desigualdade social. Ele se propõe a promover políticas focais, assim como apóia os organismos internacionais, mostrando-se estar atrelado ao neoliberalismo.

Para Melo (2005, p.65) “o chamado terceiro setor é apresentado como uma outra esfera da vida em sociedade, diferente do Estado e do mercado, sendo um espaço do social, das relações sociais baseadas na solidariedade e no altruísmo, que promoveria a participação da comunidade”.

As políticas públicas passam a ser um “dever” de organismos privados, já que o Estado deixa de cumpri-las. É um processo de filantropização das políticas públicas, estas tornam-se privilégio em vez de direito dos cidadãos.

Pelo crescente número de projetos sociais existentes atualmente no Brasil, percebemos como está na moda o “social”. O aumento desses projetos pode contribuir, notoriamente para a população, porém pode também servir para “abafar”, ou esconder o real intuito desses projetos “sociais”.

Sabe-se que entre esses projetos administrados por ONGs, iniciativas governamentais ou grupos privados, tem aqueles que executam um trabalho sério, realmente voltado para o público-alvo, mas também sabemos que muitos desses projetos beneficiam muito mais os financiadores e os seus empregados (professores, psicólogos, etc.) do que a população a ser atendida.

Outro setor que lucra com essa política são as empresas privadas que patrocinam as ONGs, sobre um discurso de preocupação e responsabilidade social, mas que na verdade, por trás dessa “preocupação”, ganham descontos fiscais e visibilidade através da mídia.

Sobre a influência do neoliberalismo nas escolas públicas, Gentili (2007, p. 229) afirma que:

[...] vamos sustentar que a ofensiva neoliberal contra a escola pública se veicula através de um conjunto medianamente regular e estável de medidas políticas de caráter dualizante e, ao mesmo tempo, através de uma série de estratégias culturais dirigidas a quebrar a lógica do sentido sobre o qual esta escola (ou este projeto de escola) adquire legibilidade para as maiorias. Nossa hipótese é a de que os regimes neoliberais atribuam a esta última dimensão mais ênfase do que – em geral – se reconhece nas análises críticas. Isto é, o neoliberalismo só consegue impor suas políticas antidemocráticas na medida em que consegue desintegrar culturalmente a possibilidade mesma de existência do direito à educação (como direito social) e de um aparato institucional que tende a garantir a concretização de tal direito: escola pública.

Agora, o cidadão brasileiro tem políticas precárias, focalizadas pela ação estatal, tem serviços privados que se tornam mercadorias – cuja qualidade depende do custo dessa mercadoria – e tem ações filantrópicas no âmbito do Terceiro Setor, desenvolvidas por organizações ou pessoas, voluntárias e solidárias (MONTAÑO, 2008, P.93).

Neste capítulo buscamos entender como e porque as ONGs foram criadas, em que momento surgiu o Terceiro Setor, e as suas reais atuações, e como se dão as políticas públicas, quem as financia e quem as cumpre. Estas questões históricas políticas e sociais foram abordadas para que pudéssemos entender melhor em que sociedade a Escola e a ONG, que são o campo de pesquisa deste trabalho, estão inseridas. No próximo capítulo temos a caracterização desses dois espaços de ensino.

[...] tem ainda uma vitalidade ampla para avaliar as condições de desumanização do mundo determinado pelo mercantilismo e pelo avanço do capital. As condições materiais de trabalho, marcadas pela exploração, longe de ter libertado o homem, ampliam seus tentáculos na direção de retificá-lo, transformá-lo em “coisa”, mercadoria, submetendo sua capacidade criadora aos ditames da escravização do cotidiano exploratório e mecânico. Relações de rudeza e torpor marcam a vida contemporânea. Os homens vivem cada vez mais alienados de si e de sua possibilidade de plenitude. A alienação da consciência, no campo político, corresponde também à alienação do desejo, impulsionada por um mercantilismo eficiente, por uma indústria da cobiça e da ansiedade de consumir, consubstanciada na mídia e em todos os esforços de promover as bem-aventuranças do capital e do prazer de ter (NUNES, 2001, p. 15).



## **4 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES: A ONG E A ESCOLA**

### **4.1 A Casa da Criança – Morro da Penitenciária**

A Casa da Criança é uma Organização Não Governamental - ONG, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter beneficente, fundada em 1988 para prestar atendimento sócio educativo para crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária. Está localizada na Rua Álvaro Ramos, 320, Servidão Casa da Criança, Bairro Trindade, Florianópolis, Santa Catarina – SC. A Casa da Criança atende 110 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade, em período alternado à escola regular, oferecendo cinco refeições ao dia. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira das 8h às 17h.

Na década de 80, a comunidade do Morro da Penitenciária viveu um processo de organização popular, com inspiração na CEBS - Comunidades Eclesiais de Base, tendo como objetivo construir um local para que as crianças e adolescentes pudessem estudar, brincar e aprender a valorizar a sua cultura e a buscar melhores condições de vida. A Casa da Criança é fruto dessa organização popular em articulação com a Paróquia da Santíssima Trindade, na pessoa do Frei Luís Witiuk. Resultando de um processo de luta e mobilização comunitária, a instituição foi fundada em 14 de março de 1988. Assim, esta ONG assumiu o compromisso de atuar na área do desenvolvimento comunitário e social do Morro da Penitenciária, onde educação, moradia, emprego e saneamento básico são precários.

A mesma surge para assegurar às crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária, uma melhor qualidade de vida e proteção no desenvolvimento integral, através de atividades desenvolvidas nos Programas de Arte Educação, Programa de Esporte e Lazer, Programa de Inclusão Digital, Programa de Prevenção e Saúde, atendimento do Serviço Social, alimentação.

Os programas e projetos desenvolvidos pela Casa da Criança são direcionados à proteção social, considerando as características da comunidade: como a presença do narcotráfico (gangues, tiroteios), prostituição infantil, marginalização infanto-juvenil, exclusão escolar e social pela precariedade de acesso aos conhecimentos (tidos como pré-requisitos para a ascensão escolar), e

escassez de acesso aos bens sociais, onde as crianças e adolescentes crescem em meio a situações de tensões sociais, violência e marginalidade, incertezas e sem qualidade de vida.

Segundo consta no Projeto Político Pedagógico da ONG (PPP/Casa da Criança, 2011, p.02), em relação à população atendida, podemos citar alguns dados para exemplificar esta realidade, como a renda familiar, por salário mínimo, que consiste: 15% das famílias estão na faixa de 0 a 1 salário, 51% recebem 1,5 a 2 salários, 15% ganham entre 2,5 a 3 salários e 19% acima de 3 salários. A composição familiar, por números de filhos; corresponde: 75% das famílias têm de 1 a 3 filhos, 15% possuem de 4 a 5 filhos e 10% mais de 6 filhos. A responsabilidade familiar fica distribuída: 24% são pai e mãe, 60% somente a mãe, 7% avó ou avô, 3% somente o pai e 6% outros; a situação de habitação corresponde: 73% possuem casas/ barracos própria, 15% em moradias alugadas e 11% coabitam ou estão em moradias cedidas.

Seu objetivo é de oportunizar a essas crianças e adolescentes o acesso a ações educativas e reflexivas, tendo como foco a arte e a cultura, por meio do desenvolvimento de oficinas de literatura, artes visuais, artesanato, música, apoio pedagógico, educação física, capoeira, alfabetização digital/curso de informática, xadrez e meio ambiente, possibilitando assim, o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes na busca do enriquecimento das potencialidades, assegurando ganhos de aprendizagem escolar, social e cultural; a formação das crianças e adolescentes para a vida com cidadania, oferecendo espaços e situações de aprendizagem para a construção de valores éticos e de participação na vida pública; estimular a participação, o desenvolvimento de competências para a vida social e projetos de vida, autonomia na resolução de problemas de cotidiano e a apropriação de novos conhecimentos (PPP/Casa da Criança, 2011, p.03).

A Casa da Criança do Morro da Penitenciária tem como meta implantar novos projetos e dar continuidade aos que já estão em desenvolvimento para, desta forma, contribuir ainda mais com a formação e educação das crianças e adolescentes atendidos. A instituição também pretende atingir um fluxo constante de caixa, para que despesas fixas como água, luz, telefone, funcionários e material didático possam ter seu pagamento garantido através da auto-sustentabilidade da instituição.

Deseja ser uma instituição reconhecida por sua transparência e compromisso com parceiros e comunidade onde atua, com sustentabilidade, permitindo assim ampliar os horizontes de crianças e adolescentes assistidos.

Segundo seus princípios pedagógicos e sociológicos, a educação é um processo de inter-relações do indivíduo com o meio em que vive que lhe permite apropriar-se dos diferentes conhecimentos que foram construídos no tempo e no espaço da história. Considera-se o ser humano como “um contínuo vir a ser”, a educação é ação humana e por isso nunca se faz acabada, pois se fundamenta na possibilidade do homem recriar e criar a si mesmo e a seu mundo. A possibilidade de criar e transformar nos livra dos determinismos, ultrapassando os limites e buscando formas de viver. (PPP/Casa da Criança, 2011, p.03).

Segundo o PPP desta instituição, acreditam que a educação é um processo contínuo, dinâmico, emancipatório e libertador que valoriza a construção do ser humano enquanto agente transformador de sua realidade. A educação é um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e emancipação social, preparando a pessoa e a sociedade para a responsabilidade de construir coletivamente um projeto de inclusão e de qualidade social para todos.

Partindo do princípio do respeito ao universo de brincadeira da criança, a ONG procura estimular as crianças para que construam coletivamente um espaço de convivência, jogos e regras para que a brincadeira possa acontecer, permitindo que elas se conheçam melhor, respeitem as diferenças e encontrem um caminho de construção, através do ato de brincar, criar, imaginar e contar histórias. A partir da percepção de si, do outro e do grupo, a criança amplia seu repertório corporal, desenvolve sua autoconfiança e organização emocional. Nesse processo, o educador cumpre um papel fundamental, por ser o mediador, ouvinte, observador, criando oportunidades, estimulando os acertos e valorizando a auto-estima dos educandos.

A ONG acredita que a família é o primeiro espaço de referência, e que tem importância fundamental no processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes tendo como tarefa o cuidado e a proteção de seus membros. A escola e a família são os dois grandes pilares sociais que oferecem o norte para a formação do desenvolvimento humano. Vendo a sociedade como um conjunto de pessoas que constituem um sistema semi-aberto, cujas interações, em sua maioria, são feitas

com indivíduos do mesmo grupo, contribui com seus valores éticos, morais e culturais e defende a construção do coletivo, buscando desenvolvimento social que contemple: economia, educação, saúde, segurança, moradia e lazer.

Portanto, a Casa da Criança tem como proposta formar cidadãos partícipes e autores de sua história, na superação da pobreza, na transformação de uma sociedade mais fraterna, e que manifestem convicção de que são pessoas merecedoras de felicidade.

Nesta instituição, destaca-se como ponto forte a metodologia da Educação Integral, das múltiplas linguagens e saberes associados, as ações de incentivo a leitura, o planejamento institucional, participação no âmbito das políticas públicas, parcerias com a comunidade, escola, conselhos e articulação em rede (PPP/Casa da Criança, 2011, p.05).

Como resultados alcançados, percebe-se, em conjunto com a escola, a melhoria no desempenho escolar, na escrita, na oralidade, na alfabetização e na resolução de problemas, permanência na escola e aumento em 60% de leitores contínuos, que iniciam e terminam a leitura de livro, 100% realizam leituras regulares, inserção de 100% dos adolescentes no programa Adolescente Aprendiz e/ou mercado de trabalho (PPP/Casa da Criança, 2011, p.05).

A Casa da Criança, em relação aos professores, prioriza a formação continuada dos mesmos. Durante as reuniões pedagógicas mensais, que ocorrem durante todo o ano, procura-se estimular a reflexão sobre a prática profissional. Na primeira semana dos trabalhos pedagógicos, a Administração e Corpo Técnico Pedagógico realizam capacitação para os novos educadores, (apresentação da Instituição; realidade social da comunidade; aspectos administrativos; Projeto Político Pedagógico e planejamento).

A avaliação, na percepção da Instituição, é um dos pontos fortes que marcam o projeto educativo. A Casa da Criança vive uma cultura de avaliação participativa que permeia todos os níveis, desde a administração, professores, coordenação até os serviços gerais, como uma ferramenta de estabelecimento e cumprimento de metas cujo o foco é a aprendizagem das crianças e adolescentes. Mensalmente, em reuniões de avaliação, são realizadas análises dos princípios, objetivos e resultados esperados dos projetos. Em nossas observações, percebemos que essas reuniões constituem-se como importantes instrumentos de avaliação da Instituição,

desempenho escolar (ficha individual/escola regular), como ação de articulação entre a ONG e a Escola, levantando subsídios para planejamento de atividades.

Em relação às crianças e adolescentes atendidos, a Casa da Criança traz alguns dados quantitativos que expressam a realidade dos mesmos. No perfil étnico-racial: são 62% brancos, 18% negros, 11% pardos e 9% não declarados. Sobre o familiar responsável pela criança/adolescente: 60% é a mãe, 24 % os pais, 3% o pai, e 6% outros. A renda mensal das famílias: 51% até 2 salários mínimos, 19% mais de 3 salários mínimos, 15% até 1 salário mínimo, e 15% até 3 salários mínimos (PPP/Casa da Criança/2011, p.11).

A alimentação é um dos pontos fortes da instituição, pois a mesma oferece 5 refeições às crianças, durante o dia. Iniciando pelo café da manhã, lanche, almoço, lanche ou café da tarde e jantar.

As oficinas oferecidas na Casa da Criança são semanais, cada uma com duração de 50 minutos, sendo quatro oficinas por dia, em cada turno (matutino e vespertino).

As crianças e adolescentes são divididos em quatro grupos, tanto no período matutino quanto no vespertino. Os grupos têm entre 15 a 20 participantes. Os alunos do Grupo 1 (G1) tem entre 06 e 08 anos de idade, no G2 eles tem em media de 09 a 11 anos, no G3 é entre 11 e 13 anos e no G4 de 13 a 16 anos de idade, porém com algumas variações ou exceções.

O momento de reflexão e lanche é realizado em horário comum para todos os grupos, com duração de 10 minutos. A reflexão, normalmente uma conversa sobre algum fato ocorrido no dia, é realizada diariamente com a presença de todos os participantes do projeto, no início dos períodos, com duração de 10 minutos. Esta atividade na maioria das vezes é conduzida pela orientadora pedagógica.

Os participantes do período matutino permanecem na instituição até o horário do almoço, pois praticamente todos realizam a refeição no local, seguindo posteriormente para a escola. Já os participantes do período vespertino, chegam à Casa da Criança após a escola, por volta das 12 horas, almoçando também na instituição, e permanecendo até as 17 horas, com o último café.

A Casa da Criança conta com uma equipe de funcionários, entre eles: direção - presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiros, coordenadora geral; conselho fiscal - 3 titulares e 3 suplentes; conselho consultivo - 5 pessoas; bibliotecária, auxiliar de serviços gerais, assistente administrativo, coordenador administrativo,

coordenador pedagógico, serviços gerais, cozinheira e assistente social; e os professores e estagiários, de áreas específicas.

A ONG tem uma rica estrutura física e de materiais. Na parte externa, tem um parquinho em bom estado; uma quadra de areia, com grades, que permanece fechada quando a ONG não está aberta, porém as pessoas usam nos finais de semana, fazendo buracos na grade; o xadrez, que é um espaço cimentado, com o desenho do tabuleiro de xadrez, porém grande; a horta, que os alunos ajudam a manter; fora os espaços, que são considerados livres. No primeiro prédio está localizada a sala dos professores e coordenadora pedagógica; sala da direção/administração; sala de educação física, que na verdade é um depósito de materiais, sala de informática; um salão grande, com cadeiras disponíveis, que normalmente é utilizado para apresentações; e uma sala de dança de boas condições, com um tamanho considerável, tem uma parede toda de espelho, duas janelas para ventilar, vários colchonetes e instrumentos musicais de capoeira e de maculelê.

Ao lado desse prédio está localizado o refeitório, que é o espaço onde ocorrem todas as refeições, e também onde são realizadas as reflexões diárias e a chamada dos alunos. Mais ao lado, tem um espaço onde fica a sala de apoio pedagógico; banheiros feminino e masculino; um espaço que tem uma sala de curativos e outra para atendimento odontológico. E lá em cima se encontra a biblioteca, muito rica, com 700 itens, espaço para contação de história, mesas, e uma tela ligada a internet, onde as turmas podem assistir a vídeos (ou algo que o/a professor/a se propõe aos alunos) juntos. Ao lado da biblioteca se encontra a brinquedoteca, que conta com diversos brinquedos, jogos, roupas, fantasias, enfim, uma infinidade de possibilidades.

#### 4.1.1 Entrando em contato com a Casa da Criança

A primeira vez que entramos em contato com a Casa da Criança foi através da diretora da Escola Hilda Theodoro, a qual entrou em contato com a ONG, para pedir a permissão e para encontrar um melhor dia e horário para a visita.

No dia 24 de março, uma quinta-feira, foi realizada a visita à Casa da Criança, sendo que a diretora da escola já havia feito o contato com a ONG avisando a nossa presença.

Quando chegamos à ONG procuramos o vice-presidente, pessoa com a qual a diretora do Hilda já tinha conversado. Explicamos a ele que aquela era apenas uma visita inicial, para conhecer o espaço, e saber alguns dados, e falamos da intenção de tornar o local, campo de pesquisa, junto com a escola Hilda, para o trabalho de conclusão de curso.

Tivemos uma conversa inicial, com alguns questionamentos meus, onde ele nos informou alguns dados sobre o público atendido pela ONG. Como exemplo, ele disse que praticamente 100% dos alunos atendidos na Casa da Criança estudam no Hilda; que atendem a 110 crianças e adolescentes, entre 06 e 17 anos de idade, e que praticamente todos são moradores do Morro da Penitenciária; que o relacionamento da ONG com a escola é bom e frequente; que o objetivo da Casa é que eles tenham sucesso lá na escola; informou também sobre as cinco refeições diárias que são oferecidas; que é obrigatório que o aluno esteja matriculado em alguma escola; e que os grupos são divididos por idade, e que são praticamente os mesmos nas turmas da escola.

Algumas outras informações também foram passadas, como a verba que vem de subvenção social é destinada para a aquisição da merenda, já a do Ministério da Cultura é utilizada para pagamento pessoal e para compra de equipamentos, e o restante do dinheiro entra com as pessoas que se associam, e depositam o dinheiro, para ajudar nas despesas. Segundo o vice-presidente os projetos realizados na Casa são: Brincando também se aprende; Rato de biblioteca; Informática; Casa da Cultura; e Tecendo a Cidadania. Já as oficinas oferecidas são: educação física, dança (teve apenas no início do ano), capoeira, informática, artes, entre outras.

Posteriormente a esta conversa, o mesmo pediu para que a secretária me mostrasse um vídeo que foi realizado pelas crianças da Casa da Criança. Depois ele seguiu mostrando os espaços físicos da ONG como o refeitório, as salas, a biblioteca e a brinquedoteca. Foi um dia de reconhecimento e de identificação inicial, do local e de seus espaços.

No decorrer deste ano, após esta visita à ONG, as observações ficaram apenas na escola Hilda Theodoro, voltando o contato com a Casa da Criança apenas no mês de outubro, do mesmo ano.

No dia 26 de outubro de 2011, quarta-feira, então, voltamos a ONG, onde no mesmo dia já iniciamos as observações das aulas de Educação Física.

Chegando lá, as 09h00min, conversamos com a coordenadora pedagógica, que já nos apresentou ao professor de Educação Física (EF).

Explicamos ao professor o porquê que estávamos lá, e o que estaríamos observando, e ele se mostrou disposto a ajudar. Apesar de o professor estar em horário de aula, não se importou de conversar, ao mesmo tempo em que conduzia a aula e dava atenção aos alunos.

Informalmente fizemos alguns questionamentos sobre seu trabalho, e sobre a Casa da Criança, no geral.

Quando perguntamos sobre como ele faz seu planejamento das aulas e conteúdos a serem trabalhados, se é realizada no início do ano, ele informou que esse é um planejamento que acontece com os outros professores e funcionários, em reuniões mensais. Ou seja, a cada mês ele procura trabalhar com um conteúdo diferente, mas que esteja sempre interligado com os conteúdos trabalhados nas outras oficinas. Por exemplo, nesse mês o conteúdo é taco e bolinhas, mas o professor procura fazer, não apenas o tradicional taco, mas diferentes jogos e brincadeiras com o taco, tentando superar uma abordagem tradicional.

Achamos interessante a preocupação do professor em conhecer a realidade das crianças atendidas na ONG, indo até a casa delas no início do ano, também para saber qual o interesse e as necessidades delas, principalmente em relação à Educação Física.

Sobre as diferenciações das aulas com os diferentes grupos de alunos (grupos 1, 2, 3 e 4), o professor falou que com os menores, grupos 1 e 2, brinca mais com a imaginação, é mais lúdico, trabalha com o coletivo/cooperação, evitando atividades que tenham como referências a competição. Com os grupos 3 e 4 também brinca bastante, porém eles já querem aprender alguns fundamentos e técnicas.

Perguntamos ao mesmo o que ele vê de diferente da Educação Física aqui na ONG e nas escolas, ele disse que é difícil falar em uma frase ou em pouco tempo, mas que acredita que a maior diferença é a liberdade que ele tem de trabalhar com os conteúdos, assim como a liberdade de espaços (estrutura) para trabalhar com a EF.



Segundo ele, na ONG tem uma infinidade de materiais, como: mais de mil bolinhas de tênis, raquete, muitas bolas de diferentes modalidades, cordas (diferentes tamanhos), cones, instrumentos musicais, colchonetes, entre outros. Assim como diferentes espaços, além da quadra que é a mais utilizada, por exemplo, se chove ou se o sol esta muito forte, ele pode levar os alunos à brinquedoteca, na biblioteca (pois lá tem uma tela bem grande onde pode fazer pesquisa, e todos trabalharem juntos), na sala de dança, na de artes ou de informática.

Conversamos também sobre a esportivização escolar, ele concordou, dizendo também que a escola formata, e na ONG ele tenta mudar um pouco, mas ai no outro dia eles voltam para a escola, e ai fica difícil de os alunos construírem uma identidade da EF.

Permanecemos no período da manhã observando as crianças, as atividades da ONG e conversando com o professor, já no período da tarde iniciei meu trabalho de observações, com relatos das aulas de Educação Física. Neste mesmo dia também conversamos com o vice-presidente, novamente, e com a coordenadora geral, e expliquei do que se trataria o trabalho de conclusão de curso, e o objetivo das observações.

As aulas de Educação Física na Casa da Criança acontecem três vezes por semana, nos dois períodos, matutino e vespertino, na quarta, quinta e sexta-feira. Seguimos o processo de observação por quatro semanas, fechando um mês, permanecendo em todas as aulas de EF, durante esse período. O último dia de observação foi dia 23 de novembro, porém no dia 24 ainda fomos à ONG para aplicar um questionário com os alunos que estávamos observando nas duas instituições de ensino, e para realizar a entrevista com o professor de Educação Física.

#### 4.2 Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira

A escola Hilda Theodoro Vieira foi fundada em 1950, porém, na época, era denominada escola Reunida Prof. Antônio Francisco de Souza, cujos prédios de madeira estavam localizados no espaço da atual Rótula da Penitenciária Trindade,

então designado de Três Pontes, onde permaneceu até 1967, quando foi incendiado.

Construído um novo prédio, já na Rua Lauro Linhares, esquina com a Rua Belarmino Corrêa, onde permanece até hoje, foi inaugurada em 24 de abril de 1968, pelo governador Dr. Ivo Silveira, com o nome de Grupo Escolar Hilda Theodoro Vieira. A escola recebeu esse nome em homenagem a professora Hilda T. V., que viveu de 1914 a 1960, e prestou inestimáveis serviços à educação catarinense.

A professora Hilda nasceu em Florianópolis, no dia 04 de março de 1914. Filha de Manoel J. T., que era pedreiro, e sua mãe, Ana Martins T., era do lar. Fez seus primeiros estudos no Grupo Escolar São José e o Curso Normal na Escola Normal de Florianópolis, hoje Instituto Estadual de Educação. Em 1931 foi designada para reger uma das classes do Grupo Escolar Leblon Regis, de Campo Alegre, onde em 1933 foi efetivada. Casou-se com Francisco M. Vieira, em 1938. No início de sua carreira, ia de barco de Florianópolis a São Francisco do Sul para lecionar. Naquele tempo o barco saía do antigo cais do Hoepck. Inicialmente foi diretora do antigo Grupo Escolar Padre Anchieta, na época localizado em outra região (<<http://escolahildateodorovieira.blogspot.com>-acessado em 23/11/2011).

Pelo decreto n. SEE/7-5-710, em 1970, passou a funcionar como Escola Básica Hilda Theodoro Vieira, oferecendo o Ensino Fundamental. Em junho de 2000, a partir das exigências da nova LDB, a escola passa a ser denominada Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira, e é mantida pelo governo do Estado de Santa Catarina e administrada pela Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia (SEE), a escola continua a oferecer o Ensino Fundamental, e desde 2003, a Educação de Jovens e Adultos para a sua comunidade.

A escola foi uma das treze instituições de ensino brasileiras selecionadas pelo MEC para participar de um estudo sobre escolas inovadoras. A sua história faz parte da publicação *"Escolas Inovadoras: experiências bem sucedidas em escolas públicas"*, lançada em Brasília no dia 25 de setembro de 2003. Em destaque está o projeto 'Agentes da Paz' que visa a diminuir a violência entre os estudantes e comunidade (LOPES, 2005, p. 08).

Atualmente essa escola atende a 534 alunos distribuídos do primeiro ao oitavo ano. Seu corpo pedagógico/administrativo é composto de: 1 Diretora Geral, 2 Assessoras de Direção, 28 Professores, 2 Assistentes técnicos Pedagógicos, 2 Assistentes de Educação, 4 Professores readaptados, 1 Coordenador de Projeto

Escola Integral, 6 Oficineiros do Mais Educação período integral, 1 Professor de dança, 1 Professor de música, 4 Serventes e 2 Vigias ( CASVIG).

Segundo o seu PPP (Hilda Theodoro, 2011, p.07), a escola tem como objetivo proporcionar subsídios aos alunos a fim de que possam desenvolver suas potencialidades construindo conhecimento e assim, como coautores do processo pedagógico desenvolver senso de observação, solidariedade, criatividade, responsabilidade e formas de expressão.

Esta instituição tem como finalidade atender o disposto nas Constituições Federal e Estadual, na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente; ministrar o Ensino Fundamental, observadas, em cada caso, a legislação e as normas especificadamente aplicáveis e as diretrizes assumidas pela Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

A escola Hilda crê na qualidade do ensino por meio da valorização do ser humano, através de projetos e incentivo à leitura, de forma reflexiva e crítica. Considera o educando como sujeito de sua própria aprendizagem, onde o conhecimento é construído progressivamente pelo aluno, mediado e incentivado pelo professor. A organização do trabalho escolar baseia-se no prazer de conhecer e descobrir, para estimular o desenvolvimento da autonomia dos alunos (PPP/Hilda Theodoro, 2011, p.08).

Segundo o projeto político pedagógico (Hilda Theodoro, 2011, p.09), as concepções utilizadas pela escola, entendem o homem como “ser histórico-cultural, com potencialidades e capacidades particulares, que promove e aceita mudanças. Deve ser crítico, ético, comprometido e inserido no contexto social”; a educação como “processo contínuo de construção do sujeito e transformação da realidade, visando à realização humana”; a escola como um “espaço de aquisição e construção do conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado”; e o conhecimento como “instrumento utilizado e produzido pelo homem para atuar no e sobre o mundo. Ele é construído nas relações entre os seres humanos”.

A instituição traz em seu PPP algumas reflexões sobre a realidade em que estamos inseridos, e a realidade que circunda esta escola, especificadamente.

Ela acredita que vivemos em uma era que apresenta aspectos sociais preocupantes, que são gerados pelo sistema político e de produção. Pode-se dizer que prevalece a desumanização, a apologia à violência, ao individualismo

acentuado, que são frutos de um sistema que direta ou indiretamente alimenta a corrupção e a força do poder paralelo.

Considera-se que no Brasil os baixos salários forçam uma jornada de trabalho excessiva, reduzindo o contato físico, e conseqüentemente emocional entre pais e filhos, entre pais e escola, tornando a todos órfãos de um mesmo sistema. Essas são algumas das questões que influenciam diretamente na qualidade de vida das pessoas, fragilizando-as, gerando doenças, em consequência da falta de tempo.

Não se pode ignorar que durante muito tempo, e ainda hoje, a violência e o desrespeito às diferenças tornou-se um sério problema para as sociedades do mundo todo, porém, em contra partida, bem perto de nós pode-se verificar nos movimentos de emancipação, um grupo cada vez maior dos vários segmentos da sociedade que se unem na luta pela não discriminação. Citando como exemplo, a conquista da inclusão na legislação brasileira nos currículos escolares do resgate da cultura negra e questões relacionadas à saúde e segurança da criança e do adolescente.

Todo esse quadro social se reflete, inevitavelmente, na escola a qual recebe crianças de diferentes “modelos” de família; alunos que aprenderam a administrar seu tempo com uma agenda de responsabilidades familiares ou de ampliação de seus estudos ou trabalho; jovens que buscam preparar-se para o mercado educacional e/ou mercado de trabalho e adultos que precisam estar em dia com as exigências educacionais do mercado de trabalho. Ou seja, a escola se depara com expectativas e perspectivas diferentes e também com o empobrecimento ou falta de perspectivas futuras daqueles que são conduzidos até a mesma, por exigência da família.

Há ainda aqueles que, fugindo da influencia do poder paralelo nas proximidades de sua residência, optam por estudar em escolas mais distantes, em busca de segurança e efetivação dos dias letivos. Esta mesma instituição ainda se depara com novas orientações e exigências curriculares, e com o enfrentamento de avaliações externas diagnosticando e pondo em cheque sua eficiência e ainda, um bombardeio de questões sociais que afloram num movimento acelerado e que são incorporadas em seu currículo, a titulo de educar para a cidadania, posicionando-a como o principal veiculo de conscientização e a reflexão critica não deve ficar circunscrita à sala de aula, mas contemplar o universo compreendido pela instituição de ensino, pela comunidade e pela sociedade (PPP/Hilda Theodoro, 2011, p.09).

Os recursos financeiros da escola são geridos por duas situações. A Associação de Pais e Professores da Escola (APP) gere recursos previstos em seu estatuto que visa atender os objetivos e metas da APP (pagamento dos funcionários). A Entidade Mantenedora – o Estado de Santa Catarina através da Gerência de Educação, Secretaria Regional e Secretaria Estadual - são os órgãos que atendem as necessidades financeiras da escola conforme regulamentação legal. Estes recursos chegam à escola através de requisições de materiais de expediente e ou reparos, bem como obras solicitadas pela equipe gestora da escola. Outros recursos financeiros PRODENE (Programa de Descentralização e Enriquecimento da Nutrição Escolar), PDDE (programa dinheiro direito na escola), PDE (plano de desenvolvimento na escola), serão destinados de forma legal pela Entidade Mantenedora, dos quais serão feitas as prestações de contas de forma conjunta entre a equipe gestora e a APP.

As aulas no Hilda T. V. funcionam nos períodos matutino, vespertino e noturno. Todas as turmas de primeiro ao oitavo ano, ocorrem no período matutino e vespertino. No período noturno a escola atende apenas as turmas do sexto ao oitavo ano.

Para uma escola que não oferece o Ensino Médio pode-se dizer que tem salas suficientes. Em relação à estrutura a escola, ela conta com uma sala de professores; sala da direção, sala da coordenadora do projeto Mais Educação; biblioteca, com bastante itens, porém pouco vejo ser utilizada; sala de informática, com poucos computadores, data show, aparelho de DVD; refeitório, com espaço reservado com mesas e bancos; sala de educação física, uma sala pequena, e com materiais muito antigos; sala da cidadania, a qual tem um espelho grande, ocupando uma parede, colchonetes (grandes), cadeiras e televisão; sala de artes, a qual tem alguns lápis, canetinhas, tintas, entre outros materiais, mesas e cadeiras; sala do Programa Mais Educação, que tem bastante instrumentos musicais, computadores, livros novos e materiais esportivos em boas condições; um lavatório, onde os alunos tomam água e lavam as mãos; e a quadra.

A quadra, apesar de ser coberta, tem alguns problemas que os professores enfrentam diariamente. Um desses problemas é a formação de ninhos de pombos, que ficam no ginásio, sujando bastante o chão com suas fezes, e penas que caem e as crianças pegam na mão. Outro problema depende do clima, se chove, a quadra

fica bastante molhada, e os professores têm que se utilizar de diferentes estratégias para lidar com a situação.

Segundo o PPP (Hilda Theodoro, 2011, p.32) o envolvimento dos pais com a escola ainda é considerado baixo. A escola vem buscando medidas para sanar este entrave, através de projetos e parcerias. A escola promove eventos, reuniões pedagógicas onde a presença dos pais é solicitada.

No seu PPP consta a participação no projeto do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC), da cidade de Florianópolis. O mesmo tem como objetivo geral:

Refletir e propor alternativas para garantir educação de qualidade social, que é direito de todos e dever do Estado, e que passa pela democratização do acesso a garantia de permanência e condições de aprendizagem na Escola Pública, sem discriminação de qualquer natureza (PPP/Hilda Theodoro, 2011, p.33).

Neste ano a escola se afastou do projeto do Fórum, porém ainda tem um grupo com poucos professores que está participando individualmente de um projeto de formação continuada para professores, trabalhando com temas a partir das necessidades dos professores e das escolas que pertencem ao Maciço do Morro da Cruz.

Na escola encontramos alguns projetos, como o Programa Mais Educação, que não consta no PPP; o projeto da Ronda Escolar, que é uma parceria com o quarto BPM, surgiu para prevenir a violência e preservar a integridade física e moral da comunidade escolar; a Fanfarras, que é a banda desta escola, que teve seu surgimento no ano de 2000; o projeto Gincana Cultural, Esportiva e Recreativa, que neste ano de 2011 não aconteceu; o Dia da Família, que surgiu no ano de 1995, pela necessidade de trazer a família para perto da escola; e o Apoio pedagógico que é desenvolvido para as crianças que apresentam defasagem de aprendizado; projeto Escola de Esporte, e projeto Oficina Boi de Mamão, os quais não aconteceram na escola este ano.

Segundo o PPP o planejamento da escola é organizado coletivamente e alguns em parceria com a Casa da Criança. Seu tempo escolar é dividido em quatro bimestres durante o ano.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem do aluno é contínua e de forma global, mediante verificação de competências e habilidades, de apropriação

de conhecimento, em atividades de classe e extra classe, incluindo a recuperação paralela. A nota de 1 a 10 é atribuída ao aluno pelo professor de série ou disciplina, analisada e definida em Conselho de Classe.

Nessa avaliação, expressa em notas, são considerados a compreensão e o discernimento dos fatos, a percepção de suas relações, a aplicabilidade dos conhecimentos, a capacidade de análise e de síntese, além de outras habilidades intelectuais que advêm do processo em atitudes demonstradas. Os fatores analisados para aprovação dos alunos é o aproveitamento de estudos e a frequência escolar.

A escola defende o direito à cultura, como dever do currículo de garantia da cultura a novas gerações. Bem como, a superação de preconceitos e conhecimento étnico-racial (PPP, 2011, p.51), pois:

[...] nosso desafio deve (não apenas, ainda que fundamentalmente) situar-se também no terreno da disputa cultural. Devemos projetar a tratar de pôr em prática propostas políticas coerentes que defendam e ampliem o direito a uma educação pública de qualidade. Mas também devemos criar novas condições culturais sobre as quais tais propostas adquiram materialidade e sentido para os excluídos que, em nossa sociedade, são quase todos. Ambos os elementos são fatores indissolúveis em nossa luta pela reconstrução de uma sociedade fundada nos direitos democráticos, na igualdade e na justiça (GENTILI, 2007, p. 250).

#### 4.2.1 Entrando em contato com a escola

Apesar de já estarmos em contato com esta escola desde o início do primeiro semestre de 2011, iniciamos o trabalho de pesquisa e observações das aulas de educação física, nesta instituição, no dia 27 de outubro de 2011.

Neste dia iniciamos os relatórios de observações, sem precisar conversar formalmente com a professora ou a diretora, pois já sabiam do trabalho.

Esta instituição, neste ano, estava contando com estagiários, alunos de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina.

Como o objeto de estudo são as aulas de Educação Física nas duas instituições (ONG e a escola), acompanhamos um mesmo grupo de crianças que

estaria frequentando essas aulas tanto nesta escola, como na ONG Casa da Criança. Assim, foi necessário observar, na escola, as aulas de Educação Física de primeiro ao quarto ano do ensino fundamental.

Durante o período de observações, algumas aulas de Educação Física na escola estavam sendo desenvolvidas por um grupo de estagiários da UFSC, sendo, as turmas de primeiro, segundo e quarto ano, da responsabilidade dos estagiários, e uma turma de terceiro ano ficando sob a orientação da professora da escola.

As observações nesta instituição também se concentraram durante quatro semanas, sendo que assistimos a todas as aulas durante esse período. As aulas de Educação Física são de segunda à quinta-feira, e todas as turmas tendo três aulas desta disciplina por semana.

No período matutino, o qual observamos as crianças, as aulas iniciam às 07:45h, às 10:00h é servido o lanche, encerrando o horário às 11:45h. As aulas têm duração de 45 minutos, sendo cinco aulas em cada turno.

O último dia de observação na escola foi no dia 24 de novembro de 2011, encerrando quatro semanas de análise das aulas de Educação Física.

Neste capítulo buscamos situar o leitor a respeito dos locais de estudo e pesquisa, caracterizando-os. Foram trazidas algumas informações de seus Projetos Políticos Pedagógicos, as quais explicitam, pelo menos no documento, os princípios que norteiam às instituições, forma de planejamento, trato pedagógico, função social, objetivos e metas.

Agora no próximo capítulo vamos levar em conta todos os instrumentos de coleta de dados, utilizados para a pesquisa, buscando entender e tentar responder às questões que fizeram iniciar esta pesquisa.



## 5 ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS E DO OBSERVADO

Foi aplicado um questionário com dezessete crianças que estavam frequentando, durante o período de realização desta pesquisa, as aulas de Educação Física na Escola Hilda e na ONG Casa da Criança.

Os alunos, aos quais foram aplicados os questionários, também foram observados nas aulas de educação física, nas duas instituições, citadas anteriormente. Estes são educandos de primeiro ao quarto ano do ensino fundamental e também dos grupos 1 ao 4, na ONG.

Caracterizando este público que respondeu ao questionário, encontramos crianças e adolescentes entre 06 e 12 anos de idade. Dos dezessete alunos que responderam as perguntas, apenas um não é morador do Morro da Penitenciária. Destes, 58,8% nasceram em Florianópolis, outros 29,4% vieram do oeste e centro-oeste do estado de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul, e outros 11,7% não souberam responder.

Segundo os dados do questionário, todos os alunos vão a pé para a escola, em sua maioria acompanhados de irmãos, e os mais novos também acompanhados dos pais. Já da escola para a Casa da Criança apenas uma criança é levada pelo pai, de carro, o restante vai a pé junto de irmãos, colegas e amigos.

Sobre o que as crianças fazem em casa durante a semana, (mais de uma opção): 94% brincam; 88,2% assistem à televisão; 76% ajudam no serviço de casa; 70% estudam, fazem deveres; 64,7% escutam música; 47% descansam; 41,2% jogam vídeo game; 41,2% fazem esportes; 35,2% utilizam o computador, 23,5% fazem curso ou escolinha; 17,6% cuidam de irmãos; e 17,6% tocam algum instrumento musical. Nos finais de semana a maioria deles brinca, (pega-pega, polícia, esconder) solta pipa, joga bola, sobem árvores, entre outras coisas.

Estas questões anteriores foram realizadas apenas para identificação do público-alvo, a fim de conhecer previamente o contexto destes sujeitos, bem como perceber a relação que há entre o aprendizado das práticas corporais nas aulas de Educação Física e a presença ou manifestação das mesmas nos momentos de lazer.

Dos 17 entrevistados, quatro deles dizem não realizar nenhuma prática corporal fora da escola e da ONG. Já os outros 13 na sua maioria jogam futebol,

alguns poucos na escolinha, mas a maioria na rua, outros pulam corda, e outras atividades como tênis, vôlei, pega-pega. São práticas corporais e brincadeiras (na sua maioria) mais comuns à cultura do local onde moram.

Quando os alunos foram perguntados sobre o que aprenderam nas aulas de educação física na Escola, eles responderam (ordem decrescente): futebol, perna de pau, basquete, pular corda, vôlei, queimada, fundamentos do futebol, slackline, massagem coletiva (rolando em cima dos colegas), pega-pega por cima das linhas, salto em altura, e um não soube responder. E sobre o que aprenderam na educação física na Casa da Criança (ordem decrescente): futebol, pular corda dupla, pular corda, pique bandeira, queimada, bulldog, vôlei, bambolê, brincar com os amigos, fazer casa com cordas, urso pegador, chicote queimado, e pega-pega.

Estas foram as respostas dos alunos sobre o que aprenderam nas aulas de Educação Física nas duas instituições. Nas entrevistas realizadas com os professores questionamos se os mesmos perceberam se os alunos estão aprendendo, se apropriando das práticas corporais nas aulas por eles ministradas, então o professor da ONG responde que:

*Eu acho que sim, tem muita coisa que eu pontuei no início do ano, e que agora vejo que realmente eles conseguiram incorporar algumas coisas, eu acho que o objetivo maior do trabalho é esse, é dar instrumentos para eles depois poderem brincar, jogar, de uma maneira que o professor não esteja, o que chamamos de autonomia. Então eu ensino uma brincadeira e através do que eu to ensinado ele se apropria daquela brincadeira e depois as crianças podem brincar sozinhas com os outros amigos [...] acho que eles se apropriam de brincadeiras, trazem brincadeiras novas também e você acaba percebendo isso ao longo do tempo. Você apresenta uma brincadeira no início do ano, que é repetida e jogada de outras formas durante o tempo todo, e eles aprendem e continuam brincando não só aqui como em outros lugares, como eu escuto de relatos deles mesmo.*

Já a professora da Escola Hilda Theodoro, avalia a questão da aprendizagem dos seus alunos de forma diferenciada, em sua prática ela percebe outra realidade, como relata:

*Nos últimos dois anos não; tenho bastante dificuldade de avaliar nesse aspecto. Mesmo porque a avaliação que me é solicitada, ela é esdrúxula [...] Não, eles não se apropriam.*

Aliás, sobre esta questão, a ordem para os professores das escolas estaduais de Santa Catarina, este ano, é de não reprovar alunos por nota, apenas por falta.

Sobre a relação dos alunos com o trabalho escolar, ou seja, com o estudo, Charlot (2005, p. 51) entende que:

[...] para alguns, estudar tornou-se uma segunda natureza, e não conseguem parar de fazê-lo (os intelectuais). Encontram-se na classe média e raramente na classe popular. Existem aqueles para os quais estudar é uma conquista permanente do saber e da boa nota. [...] Há aqueles que estudam não para aprender, mas para passar para a série seguinte, novamente para a série seguinte; para ter um diploma, um bom emprego, uma vida normal ou mesmo um belo caminho. Estudar para passar, e não para aprender, é o processo dominante na maioria dos alunos do meio popular, mas não de todos. Há aqueles que não entendem por que estão na escola, alunos que de fato, nunca entraram na escola; estão matriculados, presente fisicamente, mas jamais entraram nas lógicas específicas da escola.

Para muitos alunos, o aprender significa fazer o que o professor pede, seguir as normas de educação, como ficar em silêncio, esperar para falar, e assim passar de ano, sem a preocupação com a apropriação do saber.

Para que o aluno se aproprie do saber, para que construa competências cognitivas, é preciso que estude, que se engaje em uma atividade intelectual, e que se mobilize intelectualmente. Mas, para que se mobilize, é preciso que a situação de aprendizagem tenha sentido para ele, que possa produzir prazer, responder a um desejo. É uma primeira condição para que o aluno se aproprie do saber. A segunda condição é que esta mobilização intelectual induza uma atividade intelectual eficaz (CHARLOT, 2005, p. 54).

Ainda sobre a relação do saber, alguns autores acreditam que sua apropriação, e apropriação das práticas corporais podem ser entendidas em um esquema de três registros: o saber fazer; o saber sobre o saber fazer; e a contextualização histórica e cultural da prática corporal.

Este saber fazer está relacionado ao domínio corporal das práticas, de habilidades, de técnicas; já o saber sobre o saber fazer é um exercício permanente de reflexão e de compreensão do quê e como se faz o movimento, o exercício, o gesto, a postura, etc.; e o último é a contextualização da prática corporal, uma reflexão sobre os aspectos sociais, político e culturais que se articulam às práticas

corporais, algo que possa permitir ao aluno localizar-se perante elas, vindo a saber o que significam para as diferentes sociedades, grupos, para si mesmo como localizado numa história e portador de uma memória (PINTO; VAZ, 2009, p. 266).

Outra questionamento feito com os professores de EF foi sobre a apropriação, por parte dos alunos, a respeito dos valores pregados pelas instituições e por estes mesmos professores em suas aulas. A professora da Escola diz que eles modificaram alguns comportamentos como, “*a forma como eles se organizam para chegar à quadra, como eles se tratam, o vocabulário que usam para falar com as outras crianças [...] Cuidado que eles tem com os materiais da escola*”. O professor da ONG também afirma que sim e expõe que:

*Temos uma pratica aqui na Casa que são os momentos de reflexão antes do inicio do período e nas próprias aulas. Acho que a base do trabalho aqui é o diálogo. Então independente do que eu vá fazer de qualquer pratica, de qualquer jogo, de qualquer esporte, de qualquer manifestação cultural, a gente trabalha muito com a questão do diálogo. Quando a gente vê que tem alguma coisa que não ta dando certo, seja ela de caráter emocional, ou físico, que esta atrapalhando o grande grupo, a gente para, conversa e em muitos momentos a gente esquece da educação física, vemos qual é o problema, afinal a gente trabalha aqui no grupo, para assim podermos avançar e realizar a atividade que a gente estiver fazendo. A gente prega muito pelo coletivo, e só através do diálogo é que a gente consegue ir adiante, ir para frente, independente do que a gente estiver fazendo.*

Os estudantes também deveriam responder o que mais gostavam e o que menos gostavam das aulas de Educação Física na Casa da Criança. Sobre o que mais gostavam, as respostas geraram em torno de jogar bola, corda dupla, corda, bulldog, brinquedoteca, pique bandeira, queimada e o professor. Quando a pergunta foi o que não gostavam ou menos gostavam a maioria das respostas foram, “nada” e “gosto de tudo”, porém duas meninas responderam futebol, e três meninos, dos quais sempre pedem futebol nas aulas, responderam pique bandeira.

A mesma pergunta foi feita para as aulas de Educação Física da escola e as mais respondidas foram, futebol, pega-pega, slackline, corda, basquete, “último que chegar é mulher do sapo”, equilibrar objetos, e fundamentos. Já sobre o que não gostam, quatro pessoas falaram “nada”, “quando teimam com o professor e atrapalham a aula”, bambolê, futebol, “quando pegam alguma coisa que a gente esta usando, sem pedir”, “quando o professor briga”, vôlei e basquete.

Assim como afirmam alguns autores, esse gostar está ligado ao sentido que o aluno dá para determinada atividade, e que por isso se mobiliza, e se apropria deste saber.

[...] a mobilização deste aluno será outra, pois o significado da prática poderá ser vinculado à sua história, a aspectos da sua cultura. Ou seja, um aluno que conhece a história sócio-cultural de uma modalidade atribuirá a ela um sentido diferenciado em relação àqueles que aprendem apenas mimetizando ídolos. Além disso, como já foi destacado, aprender uma prática corporal não é o mesmo que incorporar a execução de suas técnicas (PINTO; VAZ, 2009, p. 267).

Uma das perguntas realizadas foi se a Educação Física é importante, para eles, e todos responderam afirmando que sim. Alguns ainda informaram que: é legal; para brincar; gostam; ajuda; ensinam a jogar bola; é importante; e uma das crianças respondeu que sim, “porque todo mundo brinca e fica feliz”.

A visão dos professores de Educação Física, deste grupo de alunos, em relação à mobilização, a disponibilidade corporal dos mesmos, seguem diferentes rumos. Enquanto a professora da escola percebe que os alunos não estão mobilizados para suas aulas, o professor da ONG diz que nas suas aulas eles se mostram mobilizados. Segundo a professora escolar, “Eles não vêm apropriados, com relação à vestimenta. Não vêm apropriados lá naquilo que a gente aprende como apropriado [...], não percebo também mobilização, eles vêm mobilizados pra um momento livre, de brincadeira”. O professor da ONG, durante a entrevista, nos relata que:

*Então, tenho crianças diferentes, com roupas diferentes, e tenho que resolver essa equação de uma maneira que ninguém fique prejudicado, não é legal uma criança jogar capoeira de calça jeans, mas derrepente aquele é a única vestimenta que ela tem, ela não vai deixar de jogar capoeira por causa daquilo, nem de jogar bola,[...] O que eu acabei observando aqui também, menino brinca com menina, de uma maneira muito legal. Acho que isso também é fruto de como eles se sentem, se conhecem, como são amigos, isso acaba influenciando muito. [...] eu acho que eles participam bem, talvez alguma coisa mais pontual com o grupo de adolescentes, por motivos mais óbvios mesmo, a questão estética, da menina que não quer jogar por causa, da unha, do cabelo, aquela coisa do adolescente que é um pouco mais difícil de ser trabalhada, mas que no geral temos uma participação massiva de todos os alunos independente da atividade, que é uma coisa que chama bastante atenção. Uma participação massiva de todos, sim, desde que o professor participe junto e instrua e estimule também para que a coisa aconteça, com todo mundo jogando, brincando, enfim.*

Percebemos através desses comentários dos professores, que a relação da vestimenta não é cobrada em nenhuma das duas instituições, está no PPP da Escola, na ONG é sugerido, porém não a levam como uma regra, por questões econômicas e sociais, pois estas instituições atendem pessoas bastante carentes, nos dois âmbitos. A questão da mobilização e disponibilidade corporal depende bastante da proposta pedagógica das aulas, e o trato pedagógico do professor. Aí voltamos à questão do sentido, portanto, a mobilização depende do sentido, do significado que o aluno dá para a atividade, o conteúdo e para as aulas.

Através das observações das aulas, e de análise dos registros, percebemos que na verdade foi difícil ver algum aluno que não queria participar das aulas, nas duas instituições, a não ser algumas meninas do G4 na ONG, que estão já nos seus 13, 14 anos de idade, ou algumas meninas da turma do terceiro ano, mas que não fazem parte do grupo específico que foi investigado. Então o que vimos foram alunos mobilizados, claro que, como relata a professora da escola, imaginam a educação física como uma aula para brincar, um momento para ficarem livres. Porém notamos que os alunos se mostraram dispostos ao que aprenderam de conteúdos novos, principalmente das turmas dos estagiários, os quais propuseram práticas corporais, diferentes daquela que encontramos atualmente na maioria das escolas.

[...] muitos pais, professores e alunos compreendem que esta disciplina possui somente uma função compensatória na vida escolar: espaço-tempo do divertimento, do prazer, do se soltar. Uma resposta provisória pode ser que a problemática do fracasso não diz respeito a um segmento, alunos ou professores, mas ao contexto mesmo da prática pedagógica em Educação Física, tratando-se de uma dificuldade de legitimação e de efetivação da disciplina como tal. Isso exige que observemos que é preciso expandir aquilo que se considera legítimo ser tratado como conhecimento ou saber, e como isso deve ser feito em aulas de Educação Física (PINTO; VAZ, 2009, p. 265).

Muitas pessoas pensam que a Educação Física é isso, não pensar, ficar “livre”, a enxergam como um momento de recreação, reduzindo a educação física à “prática em si”, não imaginam esta disciplina fazendo reflexões sobre algum conteúdo, ao algum fato ocorrido na aula, pensam na Educação Física apenas como “espaço do jogo e do jogar”. Sobre essa questão, Pinto e Vaz (2009, p. 265) asseguram :

*[...] Refletir sobre um problema de um jogo é considerado perda de tempo ou algo que estaria para além ou aquém da Educação Física, tarefa que deveria ficar a cargo de outras disciplinas, afinal, as crianças e os jovens já se esforçariam muito em outros momentos, tratando-se, então, de nas aulas de Educação Física, relaxar [...].*

Mas pensar a realização das aulas de Educação física na escola e na ONG implica refletir também sobre os motivos e expectativas que levam as crianças a frequentar ambos os espaços. Nesse sentido, torna-se importante interrogar o porquê, qual o sentido de a criança ir para a escola, assim como também de ir para a ONG, e o que elas mais gostam nestas duas instituições.

A partir das respostas, sobre a pergunta “porque você vai para a escola?”, notamos que a maioria diz ir para aprender, estudar, mas ninguém respondeu “porque gosto”. Muitos falaram que vão porque é preciso ou porque a mãe manda.

Um estudo realizado no ano de 2003, por acadêmicos da UFSC, alunos e professores da Escola Hilda Theodoro, constatou que dos adultos, residentes da comunidade do Morro da Penitenciária (onde moram os alunos destas instituições), 83% são analfabetos ou não concluíram o Ensino Fundamental.

Voltando a questão, sobre o que mais gostam no Hilda a maior parte deles respondeu “o lanche/merenda”.

Como que uma criança que já chega à escola com fome vai aprender alguma coisa? Ela chega às 07h45min sem ter comido em casa, e permanece com fome até as 10 horas da manhã, na hora da merenda. Ou seja, ela fica mais de três horas na escola com fome. Desta forma, realmente não tem como alguém se apropriar de algum conhecimento, sendo essa a realidade de muitos dos alunos. Algumas vezes que estava observando às aulas, vieram crianças se queixar para mim, de dor de cabeça, tontura, então questionei se haviam tomado café em casa, ou comido alguma coisa, a resposta em todas as vezes foi negativa. Como o aluno vai se mobilizar para aprender?

Acreditamos que a mobilização está totalmente ligada ao desejo de aprender algo novo, ao valor que o aluno dá para aquela aprendizagem e o sentido social que adquire em seu contexto de vida. Porém, percebemos que outros fatores também influenciam nesta mobilização para aprender. Citamos como exemplo o fator fome, novamente. Se a matemática tem um valor significativo para um determinado aluno, algo que ele realmente gosta e assim se mostra mobilizado, disposto a aprender, porém ele está com muita fome, então, o mesmo irá aprender nesta aula de matemática? Neste caso, a relação com o saber não ocorre, ou seja, ele não aprende. Mas não porque o aluno não quer aprender, ou não está interessado, não está mobilizado, mas porque a fome não o deixa pensar, nem estabelecer nexos.

Fatores como esse dificultam o processo da *catarse*, a efetiva apropriação do saber, por parte do aluno, pois ele não consegue elaborar uma nova síntese sobre o determinado conteúdo. Sobre isso Gasparin (2009, p.126) afirma:

Na *catarse* o educando é capaz de situar e entender as questões sociais postas no início e trabalhadas nas demais fases, ressitando o conteúdo em uma nova totalidade social e dando à aprendizagem um novo sentido. Percebe, então, que não aprendeu apenas um conteúdo, mas algo que tem significado e utilidade para sua vida, algo que lhe exige o compromisso de atuar na transformação social. O conteúdo tem agora para ele uma significação: constitui um novo instrumento de trabalho, de luta, de construção da realidade pessoal e social.

Não podemos pensar que o fracasso escolar de um aluno seja produzido exclusivamente pela sua origem familiar, étnica, cultural. Sem dúvida o fracasso escolar está ligado à desigualdade social, porém não se pode afirmar que é apenas a origem social a causa do fracasso na escola. Para Charlot (2000, p.29) “o



verdadeiro responsável é a própria sociedade, que produz e reproduz desigualdades, faltas e deficiências”.

Outras respostas sobre o que mais gostam na escola também apareceram, como brincar, recreio, português, artes, matemática, parquinho, educação física, estudar, e ler.

Quando perguntamos aos alunos porque vão para a ONG, mais da metade respondeu que vai porque gosta, e também para comer, aprender e para brincar. Outras respostas também apareceram, como, para estudar, fazer deveres, ficar com os amigos, “para não ficar sozinho em casa”, “minha mãe me botou para aprender”, e “porque é legal, gosto de comer”. A capoeira foi a resposta de 41% dos alunos, sobre o que mais gostam na Casa da Criança, alguns citaram a professora do apoio pedagógico, a brinquedoteca, o brincar, comer, ficar com os amigos, pega-pega, artes, informática, fazer deveres, e o parquinho.

Percebemos que uma das diferenças, do sentido que as crianças dão para a escola e para a Casa da Criança, seja justamente o “prazer”. Segundo as respostas obtidas, a maioria vai para a ONG porque *gosta*, e para a escola porque *precisa*.

Sobre isso tiramos algumas conclusões. Quando a criança vai porque gosta, ela está disposta, aberta, para aprender, se apropriar de um conhecimento, agora, isso se torna muito mais difícil quando não é por vontade própria, como o aluno que respondeu ir à escola “porque a mãe manda”. Talvez este seja um dos fatores que contribuem para o crescimento de evasão escolar, e para o aumento do número de reprovações dos alunos, que hoje é um dos grandes problemas enfrentados pelas escolas públicas, depois da violência.

Acreditamos que um dos ensejos que fazem com que as crianças gostem mais da Casa da Criança é o fato de que lá as crianças aprendem, mas não de uma forma tão quadrada e no formato que é na escola. Na escola as crianças ficam sentadas em cadeiras por quatro horas, dentro de uma mesma sala com o mesmo professor. Já na Casa da Criança é mais dinâmico. Em cada aula, ou oficina como se prefere chamar, eles trocam de lugar, de sala, estavam na informática, depois tem capoeira, depois apoio pedagógico, intervalo, depois biblioteca e por último meio ambiente, por exemplo. É lógico que isso é muito mais interessante para a criança do que ficar horas sentada no mesmo lugar ouvindo a mesma pessoa falar.

Sem dúvida que cada uma dessas instituições tem o seu objetivo e a sua função social. Entretanto tudo leva a crer que a ONG é muito mais atrativa, do ponto

de vista das crianças, do que a escola. Sendo assim, parece que a apropriação do conhecimento ocorre mais efetivamente na Casa da Criança.

Segundo Saviani (2008, p.14) a função, o papel da escola “(...) consiste na socialização do saber sistematizado”. A escola está aí para proporcionar o acesso ao conhecimento científico, e para que isso se realize com sucesso, é preciso disciplina, mediação, trabalho, ou seja, a escola lida com um processo que é obrigatório, difícil e necessário (SNYDERS, 1998). Diferentemente da Casa da Criança, onde a preocupação não é com a apropriação de conhecimentos que permitam compreender e transformar a prática social. Retomando ao Saviani (2008, p.21), “pela mediação da escola, acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita”.

A questão do saber é central na escola. Não se deve esquecer que a escola é um lugar onde há professores que estão tentando ensinar coisas para os alunos e onde há alunos que estão tentando adquirir saberes. Aí está a definição fundamental da escola. Estou falando do saber em um sentido geral, que inclui imaginação, exercício físico, estético e sonhos também. Mas a escola é um lugar de saber e isso é muito importante [...] (CHARLOT, 2005, p. 65).

Enfim a escola é difícil porque o sistemático exige uma mudança de nível: o desnível entre a vida habitual de um jovem e as tarefas da escola caracteriza a escola, ao mesmo tempo o que caracteriza a escola, justifica-a e a torna muitas vezes, frequentemente, tão rigorosa (SNYDERS, 1988, p.204).

Já a ONG não tem esse compromisso com a transmissão de um conhecimento científico, que foi elaborado historicamente. Segundo o projeto político-pedagógico da ONG em questão:

A Casa da Criança surge para assegurar às crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária, uma melhor qualidade de vida e proteção no desenvolvimento integral, através de atividades desenvolvidas nos Programas de Arte Educação, Programa de Esporte e Lazer, Programa de Inclusão Digital, Programa de Prevenção e Saúde, atendimento do Serviço Social, alimentação.

Apesar de a ONG não ter esse compromisso com a transmissão do conhecimento científico, o mesmo ocorre na instituição. No caso da Educação Física que foi a disciplina, ou oficina, a qual nos propomos a observar, notamos a

transmissão de conhecimentos de que trata a Educação Física, como fundamentos ginásticos, e alguns esportes que não são conhecidos comumente pelas crianças, como o *badminton*.

Sabe-se que atualmente há um deslocamento das políticas públicas, que é de responsabilidade do Estado, para o terceiro setor e para as ONGs. As ONGs seguem uma política de assistencialismo, de filantropia, desenvolvendo um papel social de alívio a pobreza. Alívio esse imediato, mas que não altera as causas dos problemas sociais, que são expressões contraditórias da forma atual de organização social, o capitalismo.

As chamadas Organizações Não-Governamentais, fortemente vinculadas à concepção (que ganha cada vez mais força) de existência de um terceiro setor na realidade social constituído em relação ao Estado e ao Mercado, fazem-se cada vez mais presentes na esfera do que se denomina de participação social. Estas instituições se articulam hoje tanto com o Estado, quanto com o Mercado, fazendo parte e se relacionando com o setor da “sociedade civil”, por vezes, mesclando-se com os três, tornando difícil sua discriminação e definição conceitual e categórica. Juntamente com a multiplicidade e heterogeneidade de organizações atendidas pelo nome de ONG, encontra-se uma diversidade de significados e usos abarcados por esta mesma denominação (VARGAS; FERNANDES, p. 01).

Já Duarte (2007, p.05) sustenta a ideia de que:

Entretanto, salientamos que as ONGs representam um espaço de contradição, pois ao mesmo tempo em que se inserem na lógica do terceiro setor podem trazer contribuições importantes à garantia de direitos e, por isso, suas ações não devem ser desqualificadas e/ou rejeitadas.

Além dos motivos, citados anteriormente, que tornam a ONG mais atrativa para as crianças, ainda tem um outro fator que contribui para isto, que é a questão da alimentação. Pois as crianças que vão para a Casa da Criança no período da tarde, já almoçam lá, fazem o lanche às 15 horas, e depois tomam café às 17 horas neste mesmo local. Levando em consideração que estas crianças são de baixo nível econômico, e que pouco tem para comer em casa, torna-se este fator muito significativo para elas.

Existem para o sujeito, objetos, situações, pessoas, formas de atividade, formas relacionais (relações com os outros, mas também consigo mesmo) que, para ela, são mais importantes, são mais interessantes, têm mais valor que outras, correspondem melhor aquilo que ele é, aquilo que ele é e pode ser – e que, portanto, valem mais a pena ser aprendidos. É essa relação (seletiva e hierarquizada) de sentido e de valor dos objetos, situações, etc. (inclusive consigo mesmo) que constitui a relação com o mundo do sujeito. O sentido e o valor de um saber (de um aprender), e portanto, também, a mobilização do sujeito neste aprender são indissociáveis dessa relação com o mundo. (CHARLOT, 2001, p. 28).

Algo que provoca à atenção é o fato de o futebol ser a prática corporal que os alunos mais gostam, nos dois locais de aulas de EF. Será que realmente preferem, muito mais o futebol que outras tantas práticas corporais? Ou isso é reflexo de uma influência, ou melhor, de uma imposição midiática e social, de que homem tem que jogar futebol.

Um destes alunos entrevistados, de 10 anos de idade, responde no questionário que o que ele mais gosta de fazer nas aulas de Educação Física na Casa da Criança e no Hilda é de jogar futebol. Porém, na verdade, a partir das aulas que foram observadas, constatamos que este aluno tem um interesse muito maior em pular corda do que jogar futebol, mas na hora de preencher o questionário a resposta foi “futebol”.

Eis uma contradição encontrada. Este menino, que quando tem futebol nas aulas, opta por pular corda junto dos colegas que estão realizando esta atividade, o que aconteceu em muitas aulas, porque diz que o que mais gosta é o futebol? Sendo que na prática o que se pode ver não é o mesmo. Será que ele acha que não joga bem futebol, como seus outros colegas, por isso vai realizar outras atividades? Parece que não, apenas está seguindo o que gosta de fazer. Talvez até se culpe por não gostar tanto de futebol, mas para os outros ele diz gostar, ou melhor, “preferir” esta prática. Se ele se sente culpado por isso, a culpa não é dele, na verdade é uma questão social, da mídia, de interesses dominantes. Estas são apenas suposições a partir do que pode ser observado.

Estes professores, participantes da pesquisa, não induzem os alunos a esta prática de alto rendimento, do gesto perfeito, muito pelo contrário. Porém nos próprios PPPs destas duas instituições podemos verificar diferenças em relação ao objetivo da Educação Física, e a forma como estes professores trabalham realmente. Durante esse tempo em que estava observando as aulas, o que notei dos

professores de EF nas duas instituições foi o incentivo aos valores e as atitudes de participação, cooperação, coletividade, respeito, educação, em vez de competição, individualismo, importância em vencer ou perder.

Segundo o PPP da escola (2011, p.31) o objetivo da educação física é o de “instrumentar o educando para compreender, interpretar e atuar dentro do esporte convencional e fora dele, numa perspectiva ampla do conhecimento; desenvolver a capacidade física do educando”. Já no planejamento anual da professora de Educação Física, ela tem como objetivo o “brincar” para nortear suas aulas. Os conceitos utilizados são: Conhecimento e compreensão do corpo em ações básicas do locomover-se; equilíbrio, noções de espaço; noções de tempo; noções de intensidade; resistência, velocidade e força como capacidades físicas; conhecimento e compreensão as regras de brincadeira proposta, as regras de convivência e da própria escola; aprecia e aceita a prática de atividades físicas espontâneas e propostas; comunicar-se através da dança, dramatização ou mímica; valores de cooperação, respeito, afeto – relacionamento com os colegas, aceitação dos limites e demonstração de carinho.

O que vemos, através de seu planejamento anual, é que ela se utiliza de diferentes conceitos, revelando uma mistura de princípios e de propostas para a educação física. Pois ela une, em um só conceito, os princípios de cooperação, de resistência, força, de expressão através da dança, de correr, saltar, de equilíbrio, enfim é um pouquinho de cada proposta pedagógica existentes na EF. Na entrevista, quando a questionamos sobre a proposta pedagógica que embasava suas aulas, ela respondeu *“a principio usava como tema a própria proposta curricular do Estado, que esta bem defasada. Tem alguns autores que eu utilizo bastante, como o Kunz, João Batista Freire”*.

Apesar de todos esses dados consultados, o que verificamos em suas aulas não foi uma preocupação com o desenvolvimento da capacidade física dos alunos, e sim com o brincar. Há uma contradição no que ela diz fazer em seu planejamento, com a proposta pedagógica que ela diz seguir. Pois em seu planejamento diz ter uma preocupação com a capacidade física, sendo que isto não é tratado pelos autores que ela “segue”.

A maioria das aulas observadas se realizaram dentro da sala de aula, pois a turma com a qual estava trabalhando era uma turma muito difícil em relação à bagunça e a grande quantidade de alunos, o que se diferenciava das outras turmas.

Então, quando ia para a quadra, não conseguia dominar a turma, de modo que ela preferia fazer as aulas dentro da sala de aula, alguns dias brincando com joguinhos, de forma livre, e em outros com jogos de xadrez, porém sempre com a sua intervenção. Além disso, todas as quintas feiras ela fazia “aulas livres”, levando jogos e alguns materiais esportivos para a quadra.

No caso do Projeto Político Pedagógico da Casa da Criança (2011, p. 09), vemos que as aulas de educação física devem “contemplar os esportes, jogos e meio ambiente”. A partir da entrevista, referente ao embasamento teórico para sua prática, o professor de EF da ONG contou que se fundamenta “*principalmente na crítico emancipatória do Eleonor Kunz. Essa é minha principal linha teórica*”.

Analisando um de seus planejamentos, do mês de junho, o qual tinha como proposta a iniciação ao Tênis, Frescobol e Badminton, os objetivos observados eram: “desenvolver nas crianças e adolescentes habilidades motoras, cognitivas, utilizando as modalidades citadas. Exercer o papel de pesquisadores para compreensão dos desenvolvimentos das atividades”. A metodologia utilizada era a “do diálogo e da construção coletiva com ação direta das crianças”. E a avaliação era constante e participativa, embasada no envolvimento e disposição para a realização das atividades propostas.

Da mesma forma que nas aulas da professora da escola, este professor não induzia os alunos à praticas competitivas, de individualidade. Assim como também não se utiliza apenas de esportes e jogos, em suas aulas, como informa o PPP desta instituição. O que observamos, é que a construção das aulas realmente é um processo coletivo, no que diz respeito a ele e aos educandos, todos constroem as aulas. Trazem brincadeiras novas, novas formas de alguma brincadeira já conhecida, sugestões de regras para as brincadeiras, enfim, é uma relação horizontal, que só rende bons frutos, como respeito e confiança na relação professor-aluno.

Outro ponto que nos intriga é que os meninos, à medida que vão crescendo, só querem jogar futebol, tanto na escola como na ONG, quando se propõe algo diferente nas aulas, algo que eles não conhecem, a primeira reação dos alunos é “a não, vamos jogar bola”, ou “eu não gosto disso, vamos jogar futebol”. Isso percebemos principalmente com os alunos mais velhos, que estão no quarto ano da escola e no G3 ou no G4 da Casa da Criança. É a visão de que Educação Física é apenas jogar bola.

Só que na escola, por exemplo, enquanto os alunos de primeiro ao quarto ano têm aula em uma quadra, na quadra ao lado os alunos de quinto ao oitavo ano, também tem aula, porém a única prática corporal que esses alunos realizam é o futebol. E querendo ou não, estes são “exemplos” para os menores. Em muitos momentos em que observávamos às aulas, percebemos o quanto os alunos (meninos) ficavam olhando para os alunos mais velhos que estavam jogando futebol. Durante o ano inteiro, esses meninos mais velhos jogam futebol, e as meninas ficam olhando, ou jogando vôlei. Então direta ou indiretamente isso influi nas aulas de Educação Física e na concepção deles sobre as aulas.

Já as crianças entre 06 e 09 anos de idade preferem as brincadeiras e jogos de pegar, pique bandeira, etc. Na ONG eles adoram ir para a brinquedoteca, enfim gostam de fantasiar brincadeiras e situações.

Em relação às atividades novas que são propostas nas aulas, como dito anteriormente, também podemos averiguar que não só os maiores têm certa resistência ao novo, mas a maioria dos alunos aqui observados. Como, por exemplo, quando os estagiários de Educação Física da turma do primeiro ano, na Escola, estavam trabalhando o conteúdo circo, muitos elementos novos foram trazidos para os alunos. Elementos estes desconhecidos para praticamente todos eles, ainda mais por serem crianças de 06 a 08 anos de idade.

Eles trabalharam inicialmente com o equilíbrio, então as crianças puderam conhecer e perceber este fundamento do circo com alguns materiais, como a perna de pau, equilíbrio de objetos com diferentes partes do corpo, slackline, enfim tiveram diversas oportunidades de conhecer e descobrir. Então o que se pode observar é que a primeira sensação deles foi um entusiasmo pelo desconhecido, mas até que ponto, com o passar dos anos, não serão eles a solicitar dos professores que as aulas se encerrem no futebol?

Talvez, uma hipótese, seja de que como é uma prática a qual o aluno não saiba fazer, surja esse receio até por uma cobrança individual, de não ser bom naquilo que faz. Outra imposição da sociedade atual, “ser o melhor no que faz”, “ser um campeão” ou um atleta de “ponta”, desestimulando assim o conhecer de novas práticas, e o focando em uma só, naquela em que sabe fazer “bem”. Este pode ser um motivo para que se queira tanto o futebol, nas aulas de Educação Física.

A relação que se tem com o saber depende do significado que se tem com aquele determinado conhecimento. Segundo Charlot (2000, p.55):

A criança mobiliza-se, em uma atividade, quando investe nela, quando faz uso de si mesma como de um recurso, quando é posta em movimento por móveis que remetem a um desejo, um sentido, um valor. A atividade possui, então, uma dinâmica interna. Não se deve esquecer, entretanto, que essa dinâmica supõe uma troca com o mundo, onde a criança encontra metas desejáveis, meios de ação e outros recursos que não ela mesma.

Essa relação depende da mobilidade do aluno, mas a mobilidade do aluno também depende da mobilidade do professor, ou de qualquer pessoa, que está transmitindo aquele conhecimento. Então a mobilização é algo interno, que está enraizado na história daquele sujeito, que depende do sentido, do desejo, do prazer que ele dá para aquele determinado conhecimento. Isso serve para qualquer pessoa, tanto o aluno quanto o professor, neste caso, devem estar mobilizados para que o processo ensino-aprendizagem de fato aconteça.

A educação é para nós um fenômeno humano e social, com suas determinações históricas. Educar é produzir o homem, construir sua identidade ontológica, social, cultural, étnica e produtiva. A educação é o campo da ação humana e, conseqüentemente, toda a sociedade ou qualquer grupo social é uma agência educadora. Não se reduz unilateralmente educação à escolarização ou instrução. Educar é construir redes de significações culturais e comportamentos padronizados, de acordo com os códigos sociais vigentes (NUNES, 2001, p. 22).

Sabemos que para um professor hoje em dia estar mobilizado não é nada fácil, ainda mais quando se trata de professor do Estado, quanto mais um professor ACT, admitido em caráter temporário, diversos são os fatores que contribuem para esta não mobilização, como a estrutura física de trabalho, os baixos salários e a violência.

Quando questionamos a professora de Educação Física da escola, sobre as maiores dificuldades que ela encontra em suas aulas, ela nos diz:



*[...] eu gostaria de poder me preocupar somente com a apropriação dos conhecimentos e de pensar os conteúdos, mas durante a aula preciso me preocupar com o portão que precisa ser aberto para as crianças que chegaram atrasadas, se a criança esta devidamente vestida ou não, se ela comeu ou se não comeu, com um conflito que já veio lá da casa dele com o vizinho, que chegou na escola e deu uma briga, é o que mais que eu preciso me preocupar. Enfim, dali se passou 15, 20 minutos, e é isso todas as aulas. Não é uma situação de um dia. Daí você chega aqui e planejou para jogar na quadra e daí tem três turmas que o outro professor pediu para adiantar aula. Essa é minha maior dificuldade, não consigo trabalhar o conteúdo, o conhecimento, a construção do conhecimento, porque é pra isso que é a escola. Não tem outra função, não tem que ter outra função.*

Já na ONG o professor de Educação Física não passa pelas mesmos problemas que a professora desta escola. Sobre esta questão das dificuldades, ele diz que:

*Tem a questão do tempo, um dia ta chovendo demais, outro dia tem sol demais, então esse é um ponto que de alguma maneira tem relevância, mas enfim, a gente tem jogo de cintura aqui suficiente pra sanar essas questões. Não sei se da de chamar isso de dificuldade. Uma questão de caráter mais emocional, que algum aluno tem com relação a dificuldades que passa na sua casa, mas que elas acabam sendo superadas pela quantidade de eventos positivos que a gente tem dentro da Casa.[...] nesse sentido eu acho que o trabalho aqui acaba sendo completo e com poucas dificuldades, por esse entrosamento das crianças, das crianças com a comunidade, da comunidade com a escola, isso acaba trazendo um resultado fantástico aqui, especificadamente aqui pra Casa da Criança.*

Acreditamos que o trabalho de um professor também é reflexo de planejamento e de como este é feito. Porém não podemos deixar de considerar as condições de trabalho às quais estes professores estão inseridos. Sobre o papel de um planejamento, Palafox (2004, p. 04) afirma que:

*A função e a importância do planejamento de ensino no contexto da pedagogia crítica residem na necessidade dialética de concretizar o trabalho pedagógico por meio de uma atividade mediadora entre os indivíduos e o social, entre os/as alunos/as e a cultura social historicamente acumulada, cuja função é facilitar, por meio de complexos temáticos de conteúdos, os conceitos, as atividades, os métodos e as estratégias de ensino, a socialização do conhecimento associado à luta pela democratização da escola e da sociedade.*

Um planejamento que é feito em coletivo tem uma riqueza maior, justamente por estar articulado com outras áreas de conhecimento, do que um planejamento realizado individualmente.

A partir das entrevistas realizadas com os professores de Educação Física tanto da ONG quanto da escola, sobre como é o processo de planejamento na instituição, verifica-se diferentes realidades em relação ao planejamento.

Segundo a resposta da professora de EF da escola, *“teoricamente é um processo em conjunto, mas ele acaba sendo individual”*. Assim, verificamos que nesta instituição o planejamento não é um processo coletivo. Seu planejamento é feito de forma isolada, ou seja, somente por ela, sem articulação com outros docentes e áreas, o que dificulta um melhor andamento do processo de ensino-aprendizagem.

Já o professor da ONG nos conta outra realidade sobre o processo de planejamento ser individual ou em conjunto com os outros professores da instituição, sendo:

*Um pouco das duas coisas, sendo que a maior parte do planejamento é feito em conjunto com os outros professores. A gente analisa aqui quais são as demandas, sendo que temos um projeto político pedagógico, dessa instituição, e também aproveitamos muito do que os outros professores já fizeram aqui, as experiências dos outros professores. A gente agrega isso as nossas práticas também, e tem também um planejamento meu, individual, que a gente faz uma conversa no início do ano com as crianças, e com os professores, e através dessas conversas a gente incorpora algumas idéias e propostas dos próprios alunos no meu planejamento individual da educação física.*

Durante o tempo que estivemos em contato com as duas instituições pude perceber essa diferença, e no que ela implica, o que pode ser explicitado pelas palavras de Palafox (2004, p. 02):

[...] olhando para o cotidiano escolar, é possível constatar a existência de professores/as de educação física escolar que não seguem nem utilizam, “explicitamente”, nenhuma das abordagens de ensino e de planejamento existentes, devido a dificuldade que variam, desde a precária formação inicial relacionada com os processos de reflexão e intervenção pedagógica no campo escolar, a ausência de formação continuada nas redes públicas de ensino, até a constatação da existência da Síndrome da Desistência do/a professor [...].

Na Casa da Criança, vimos professores se envolvendo em outros afazeres, que não da sua aula. Os professores tomam café e almoçam junto com as crianças, sentados na mesma mesa que elas. Também percebemos, em conversas entre os professores muitas trocas de experiências. A relação dos professores e funcionários entre si é visivelmente boa. Vemos a importância que essa harmonia e esse coletivo têm para com as crianças. Em algumas aulas, o professor de Capoeira e o professor de EF atuaram juntos, reunindo as turmas para a mesma atividade, no intuito de integrar e alcançar o mesmo objetivo.

Na escola já não verificamos ou presenciamos nenhuma situação parecida. Além disso, não se observa também uma relação de trabalho coletivo entre os professores. Talvez pela falta de tempo, já que os professores não são pagos para planejar ou mesmo pela inexistência de uma cultura de trabalho coletivo dentro da escola, com exceção dos eventos e comemorações típicas do calendário escolar anual.

Mas se o coletivo não trabalhar junto, se for cada um por si, como a escola vai conseguir exercer sua função? Como a transmissão do conhecimento vai acontecer, de fato? De forma fragmentada, assim como os professores constroem suas aulas, como escolhem seus conteúdos? A maioria dos professores da escola nunca leram o Projeto Político Pedagógico da instituição onde trabalham, o que nos mostra que muito menos fizeram parte da construção deste fundamental documento. Sobre isso, Bussmann (1995, p. 38) entende que, “[...] o projeto político-pedagógico delinea de forma coletiva a competência principal esperada do educador e de sua atuação na escola”. Não esquecendo que ele não é construído apenas para ser um documento da escola, e esquecido, mudando apenas a data e o nome dos professores a cada ano que passa.

Na organização escolar, que se quer democrática, em que a participação é elemento inerente à consecução dos fins, em que se buscam e se desejam práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exigem-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução [...] (BUSSMANN, 1995, p. 45).

Nas relações dos alunos com os professores, se comparar nas duas instituições aqui analisadas, também vemos diferenças.

Na Casa da Criança percebo uma relação mais horizontal, de forma que há bastante diálogo entre discentes e docentes. Vemos os professores questionando os alunos sobre o que eles acham sobre determinada atividade, ou sobre qualquer outra coisa, do cotidiano mesmo. Na escola não percebemos esse tipo de relação horizontal, porém, tem alguns professores nessa instituição que utilizam do diálogo como uma forma de resolver os problemas.

Quando questionamos os professores de EF sobre como eles avaliam as relações interpessoais na instituição em que trabalham, os mesmos trouxeram algumas considerações. Segundo a opinião do professor da ONG:

*Na Casa da Criança tem uma coisa muito específica e familiar mesmo, aqui os alunos moram perto um do outro, sendo que muitos são vizinhos de porta, todo mundo se conhece. (...) Então o que acaba não sendo muito legal é essa questão dos professores, de cada ano ter um diferente, porque a hora que a criança encontra uma identidade com o professor ele já está saindo. É uma relação que apesar de ser curta, por ter essa caráter substituto, ele consegue entrar um pouco mais na intimidade do aluno, pela proximidade da instituição com a própria casa deles.*

Com relação à Casa da Criança e à comunidade este professor, na entrevista, nos informa que os pais estão próximos, passando sempre pela ONG, tanto que essa instituição surgiu por uma necessidade dos pais de deixarem seus filhos em um lugar seguro para poderem trabalhar. As reuniões que ocorrem na instituição com os centros de saúde, centro comunitário, evidencia que “a Casa da Criança é o lugar onde as pessoas se encontram para debater problemas, dificuldades da comunidade e dos seus filhos, dos seus filhos na escola, então acaba sendo uma triangulação, ONG, escola e família”.

Já a professora de Educação Física da escola nos mostra uma outra visão sobre as relações dos alunos com eles próprios, e destes com os professores, e entre a escola e a comunidade.

*[...] tem uma relação de classes aí bem distinta, não existe professor dessa escola de mesma classe social que os nossos alunos, inclusive eu. Então isso é total choque de valores, não conduzimos o aprendizado da criança, com os conteúdos para as necessidades dessa classe, atendemos os filhos de trabalhadores super explorados, e a gente vem de uma formação pequena burguesa, nós professores [...] eu identifico muito claramente, a gente não consegue ensinar o que a gente não vive.*

*[...] eu me choco com a forma como os alunos se comunicam entre eles. O toque é impossível, qualquer toque é visto como violência, e se o amigo fez alguma coisa eu sou ensinado a revidar, se eu não revidar eu não sou macho, sou um fraco [...].*

*[...] ela é uma escola tradicionalista, se o aluno te responder, não pode, o aluno que questionar, que criticar tu vai ter um olhar diferente para ele, um olhar repressivo. Eu acho que professor escuta pouquíssimo o aluno, eu sou professora e não escuto os alunos, o que é um grande equívoco, e contraditoriamente, a minha maior dificuldade é o não ser ouvida.*

A respeito da relação da escola com a comunidade, a professora comenta que:

*[...] é um relacionamento maquiado, poucos pais participam das reuniões. A APP, são os mesmos pais e os mesmos funcionários que participam já a algum tempo, e é muito restrita a participação dos pais na escola, da comunidade na escola [...] na minha concepção é muito restrita.*

Procuramos conhecer também um pouco do trabalho do professor, sua formação, proposta pedagógica, abordagem didático-metodológica com as diferentes turmas, preocupação com o avanço do conteúdo programático e a estrutura oferecida pela instituição.

A professora da escola se formou no ano de 1994, pela UDESC, e é professora do Estado à 17 anos, sendo que trabalha nesta escola desde 2003.

Seu trabalho pedagógico deve estar de acordo com a proposta pedagógica do Estado e do PPP da instituição, mas estes não determinam quais os conteúdos e

conceitos que devem ser trabalhados, apenas fornecem diretrizes, como guia, mas que não é cobrado.

Sobre a escolha de conteúdos, seu avanço programático, e o trato pedagógico com as diferentes turmas, ela afirma que:

*No início do ano, faço o planejamento pensando em quatro blocos de conteúdo, só que isso não se concretiza durante o ano. Não é possível, por exemplo, trabalhar, enfim, dança, voleibol, luta, isso acaba não se concretizando durante o ano.*

Por meio de sua fala, pode se perceber que não há uma preocupação com o avanço programático de conteúdo. No decorrer do ano a professora acaba “desistindo” do que tinha se proposto em relação à escolha de conteúdos, porém não relata quais os motivos, dessa “não possibilidade”.

*[...] com as crianças do primeiro, segundo e até terceiro ano, eu não trabalho com atividades pré desportivas, é bem difícil trabalhar, eu não chamo muito atenção pra coisa da competição e do esporte, com as crianças do quarto e quinto ano eu percebo que eu já posso fazer isso, inclusive eles solicitam. Às vezes eu uso as mesmas atividades com menos complexidade lá no primeiro e no segundo ano, no terceiro e no quarto e quinto eu já coloco mais desafio.*

Ao questioná-la sobre os recursos, as estruturas, e os materiais para trabalhar nas aulas de Educação Física nesta escola, a mesma relata que:

*Tenho a opção de trabalhar em uma quadra coberta, que comporta duas turmas, na verdade são duas quadras cobertas, e quando chove tem problema de goteira, e de água ao redor da quadra. Eu tenho a opção de trabalhar na sala da cidadania, onde tem espelhos e alguns tatames, quando chove essa sala fica alagada. Eu tenho opção de usar a sala de aula, dependendo do professor regente da turma, se ele permitir eu posso trabalhar na sala de aula. A sala de educação física é um depósito, e existem materiais que estão nessa escola a mais de 30 anos. No início do ano o que se recebe são algumas bolas de vôlei e futebol de salão [...] enfim, diversidade de material não tem, a gente não conta com isso porque é muito precário.*

Este relato nos permite observar o total descaso do governo em relação à educação, principalmente no que se refere às estruturas físicas das escolas, como as salas de aula, banheiros, enfim, diversos são os problemas estruturais. No que

tange à EF, a maioria das escolas, pelo menos do que conheço, na cidade de Florianópolis, tem problema com quadra que molha quando chove, falta de materiais, tendo normalmente apenas bolas, diminuindo radicalmente o acesso aos saberes e práticas corporais dos alunos.

Agora contrastando estes fatores com a outra instituição que faz parte desta pesquisa, a ONG, percebemos quantas diferenças possuem, até porque não há um investimento, já com a ONG sim.

Em relação à estrutura da ONG para as aulas de educação física têm-se, segundo relato do professor:

*Na Casa da Criança a gente tem material bem farto. Aquele tradicional já da educação física, bola, bambolê, bastão, corda, e algum material também que geralmente não vemos em outras instituições. Ganhamos muito material. Tem uma brinquedoteca também, temos bastante material lá, se eu fosse englobar todo o material que eu tenho disponível aqui, poderia dizer que somos privilegiados com relação a isso. Temos uma bela sala de dança, tem uma quadra de areia, que nos dias de chuva, ou em dias de muito sol, implica em algumas dificuldades, mas a gente tem um espaço bem bacana. Lá em cima tem um salão que também usamos, procuramos mudar bastante de lugar, nessas intervenções, nessas práticas que a gente faz aqui. Temos um belo espaço e material bem sortido e rico pra poder trabalhar com as crianças.*

Sobre a proposta pedagógica, o questionamos se a ONG tem alguma que ele deve seguir, porém, segundo o professor, algo específico para a área de EF na Casa da Criança não há. O que tem na ONG são relatos dos professores que já passaram pela instituição, “*e através disso vamos tentando fazer um trabalho legal, pautado nas outras experiências dos professores, que já passaram por aqui, e naquilo que a gente agrega de experiência, teórica e prática, das outras instituições que já trabalhei*” (entrevista/professor/ONG).

*No começo do ano conversamos com os alunos, e através dessas conversas, vemos quais são as demandas, o que eles gostam de brincar, da onde surgiu essa necessidade de brincar, se brincam com os pais, do que brincam, o que tem de presente da cultura das crianças daqui, do papagaio, do ioiô, do pião da bolica [...] em algum momento eu gosto de fazer uma oficina em que eles saibam que o corpo tem que ser preparado para uma atividade, com alongamento lúdico, ou com um alongamento mais técnico para os maiores, porém não gosto de chamar aquilo de livre, ninguém ta livre pra fazer o que quiser aqui. A gente segue uma linha, porém com uma liberdade assistida. Tem um caráter mais livre em alguns momentos, em outros não, mas sempre com intervenção do professor.*

*Para os grupos menores trabalhamos com um caráter mais lúdico, usando muito a imaginação, a criatividade, o meu próprio trabalho de conclusão de curso foi dentro disso, dentro do universo lúdico, então o conceito de lúdico é algo que eu trabalhei bastante e que eu continuo trabalhando aqui com as crianças, principalmente do grupo 1 e 2, para o grupo 3 e 4, tentamos, de alguma maneira, desconstruir a questão da esportivização nessa idade, mas não é um processo fácil. Porém eu vejo que todos, até os pré-adolescentes ou adolescentes de 14, 15 anos brincam, mas com o esporte muito presente. Dentro disso, trabalhamos algumas técnicas, e tenta fazer, tanto do grupo 1 ao grupo 4 a maior diversidade possível de eventos, de brincadeiras, de jogos, e cada grupo com sua particularidade, sendo que o grupo 1 e 2 com caráter mais lúdico, e o 3 e o 4 com um caráter mais técnico, até porque é uma demanda deles né. E isso não impede de grupo 1 e 2 também jogar, jogar futebol com uma outra linha de comportamento, de valores mesmo que a gente tenta colocar dentro do jogo, de uma forma menos agressiva e bruta.*

Nessa primeira citação, o professor comenta que os conteúdos são escolhidos a partir da necessidade dos alunos, através de conversa, no início do ano, para ver quais conteúdos podem ser trabalhados. Por outro lado, isso nos leva a pensar que ele não tem preocupação com o *trato sistemático do conteúdo*, já que o mesmo pode ser interrompido por outras atividades. Portanto, sua proposta possui um caráter mais livre, ainda que as suas aulas não sejam totalmente livres para que os alunos façam o que bem quiserem fazer.

O fato de que as aulas de EF na ONG são um tanto “soltas” quanto ao trato sistemático dos conteúdos tem uma relação direta com a finalidade e os objetivos da instituição. Como dissemos anteriormente, essa finalidade pedagógica e esse objetivo são muito diferentes daqueles que a escola assume socialmente, de transmissão do conhecimento científico.

Logo depois tem o relato do professor da ONG sobre como é o trato pedagógico dele para com os diferentes grupos de crianças. Como se pode verificar,



ele procura trabalhar com os menores dando um enfoque no lúdico, como notamos através das observações. Ele trabalha bastante com a imaginação dos pequenos, entrando na fantasia deles, e incentivando o que os mesmos criam em suas aulas.

O professor da ONG se formou recentemente, no ano de 2008, pela UFSC, porém já trabalha neste ramo a pelo menos dez anos, tendo iniciado seu trabalho na Casa da Criança este ano, através de uma concessão da Prefeitura Municipal de Florianópolis, por ser ele professor admitido em caráter temporário (ACT).

A partir destes relatos dos professores de Educação Física das duas instituições, podemos ver algumas diferenças gritantes.

Começamos falando da estrutura que as duas oferecem para esta disciplina em questão, a EF. Enquanto a professora na escola pode utilizar meia quadra (pois o outro professor utiliza a outra metade), ou usar a sala de aula (quando está “punindo” os alunos) apenas quando o professor de sala permite, o professor da ONG tem um leque de opções de espaços. E lá ele utiliza, com frequência, outros espaços que não a quadra, como a sala de dança, a biblioteca, a brinquedoteca, entre outros.

Na questão dos materiais, a Casa da Criança tem uma grande vantagem, pois eles têm muita diversidade de materiais, indo do bambolê à raquete de tênis. A ONG recebe muitos materiais, variados tipos de bolas também, enquanto a escola, quando recebe, recebe uma bola de vôlei, ou de futsal, e só. Pelo que podemos notar, na Escola, os outros materiais que estão na “sala de Educação Física”, estão em estado de desuso, são alguns bambolês quebrados, cordas se desmanchando, enfim, em relação aos materiais a professora não tem muitas opções.

Porém, sabemos que pode-se fazer aulas de práticas corporais bem diversificadas, mesmo sem materiais, basta muita vontade e criatividade para mudar um pouco a cara que tem a Educação Física, mas não cabe agora um julgamento, até porque tem toda uma história por trás, anos de carreira, desgaste físico, salário, violência, enfim, são muitos os problemas enfrentados pelos professores.

O trato pedagógico conferido aos diferentes grupos/turmas é semelhante nas duas instituições. Tanto um como o outro preferem não priorizar as técnicas, o rendimento físico, a competição, especialmente com as crianças menores. Já com os maiores, privilegiam a prática do esporte, suas regras, técnicas e táticas, mas também sem enfatizar a competição.

Sobre a abordagem pedagógica que fundamenta o trabalho da EF, nenhum dos dois segue alguma proposta a “risca”. Claro que há uma orientação proveniente do PPP das instituições, porém eles têm certa liberdade para atuar conforme seus princípios e experiências, cada um decidindo o que vai trabalhar a partir do que acham que deve ser ensinado.

Na questão do avanço programático de conteúdo, temos situações parecidas, entretanto, com algumas diferenças. A professora programa blocos de conteúdos para serem trabalhados durante o ano, porém segundo ela, estes não se concretizam, há uma desistência da parte dela, ela não consegue fazer isso na prática. Já o professor da ONG faz planejamentos mensais utilizando conteúdos diferentes, porém isso não o impede de realizar atividades que não estão relacionadas com o conteúdo proposto para aquele mês.

Portanto, vemos aí diversos fatores que limitam a prática pedagógica da Educação Física na Escola e que favorecem o desenvolvimento das práticas corporais na instituição de educação não-formal, a ONG.

Porém, os fatores que limitam a EF na escola não podem ser creditados unicamente ao professor. As condições de trabalho, a falta de planejamento, o abandono do Estado, e entre tantos outros problemas que já foram citados anteriormente, também dificultam no processo do trato pedagógico, no avanço programático do conteúdo, enfim na transmissão do conhecimento da “*cultura corporal*” (CASTELLANI *et all*, 1992, p.61).

Já os aspectos que favorecem o desenvolvimento das práticas corporais na ONG são, as boas condições de trabalho, estrutura física, planejamento coletivo, entre outros. Entretanto, não podemos afirmar que a aprendizagem da EF se dá de forma mais eficiente na instituição de educação não-formal, pois a apropriação de conhecimentos, na perspectiva de totalidade, exige sistematicidade, continuidade, esforço, e rigor.

[...] o neoliberalismo ataca a escola pública a partir de uma série de estratégias privatizantes, mediante a aplicação de uma política de descentralização autoritária e, ao mesmo tempo, mediante uma política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades a possibilidade mesma de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias. Uma política de reforma cultural que, em suma, pretende negar e dissolver a existência mesma do direito à educação [...] (GENTILI, 2007, p. 244).

[...] o neoliberalismo precisa – em primeiro lugar, ainda que unicamente – despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilistas e o necessário consenso em torno delas. (GENTILI, 2007, p. 244).

Que contradição, a instituição responsável por transmitir o conhecimento elaborado, já não tem pernas para isso, não tem apoio do governo. O governo está deixando a sua responsabilidade, para o terceiro setor, o qual está focando nas ONGs. Aos poucos a escola vai perdendo o seu sentido, o seu papel, estas que estão sendo abarcadas pelas ONGs.

Portanto este era o objetivo deste capítulo, trazer os dados coletados e observados e cruzá-los com a realidade do dia-a-dia destas duas instituições. Muitas informações foram obtidas através de toda essa análise documental, entrevistas, questionários e observações rotineiras, porém nos detemos a algumas. Que mais além podem ser melhor exploradas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou conhecer parte da realidade da Educação Física brasileira, considerando o desenvolvimento de sua prática pedagógica em diferentes ambientes educacionais, na escola Hilda Theodoro Vieira, uma instituição de educação formal, e na ONG Casa da Criança, uma instituição de educação não-formal.

Ao perguntar sobre possíveis semelhanças e/ou diferenças encontradas em sua prática pedagógica, então, percebemos que havia muitas diferenças, a começar pelo fato de que a Educação Física na escola vem enfrentando muitos limites e dificuldades, enquanto a Educação Física na ONG conta com uma série de vantagens e facilidades. Diante disso, procuramos compreender quais os aspectos e elementos que evidenciavam essas diferenças e identificamos que, desde as instalações e materiais, passando pela valorização deste campo de estudos e práticas pelas respectivas instituições, pelo planejamento coletivo das atividades, até o envolvimento dos alunos com as aulas, a ONG tende a apresentar melhores condições para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico com a Educação Física mais comprometido e mais apropriado.

Entretanto, ao localizar e discutir as finalidades educacionais destas instituições na sociedade atual, compreendemos que a escola pública é, historicamente, um espaço de formação da força de trabalho requerida pelo mercado e pelas relações capitalistas de produção. Atualmente, em função do modelo de acumulação flexível do capital, reforçado pelas políticas neoliberais, a escola vem se tornando um lócus de ajuste e adaptação dos trabalhadores a esse novo modelo de sociedade, uma vez que incorpora e socializa as políticas definidas em nível federal e que são repassadas sob a forma de orientações sobre como devem ser cumpridas as metas, os diagnósticos e as avaliações e implementadas as ações oriundas dessas políticas.

Soma-se a isso as precárias condições e relações de trabalho dentro da escola que dificultam, em vários aspectos, o desenvolvimento da prática pedagógica da Educação Física com qualidade. Identificamos problemas relacionados aos espaços, materiais e equipamentos, que são precários e insuficientes, dificuldades quanto à realização efetiva do plano de ensino previsto pela professora, impasses quanto ao controle e comportamento da turma, bem como curiosos aspectos

relacionados às expectativas e representações que os alunos têm acerca da escola e da própria Educação Física.

Quando interrogados sobre os motivos que os levam a frequentar a escola e a ONG, os alunos responderam que, em relação à escola, *era porque precisavam*. Ora, essa resposta é indicativa de uma forte representação social que a escola tem, na visão de mundo da classe trabalhadora, como um espaço, talvez, de ascensão social e inserção dos filhos dos trabalhadores no mercado do trabalho.

Sabemos que historicamente a escola cumpriu uma função de integrar a classe trabalhadora à sociedade capitalista, na condição de assalariados dentro das relações de produção, na medida em que fornecia as habilidades e competências mínimas para que o trabalhador pudesse obter um emprego, no contexto de uma sociedade relativamente estável, do ponto de vista das políticas de pleno emprego e bem-estar social, tal como o Brasil até os anos de 1970. Atualmente, entretanto, essa promessa integradora da Escola faliu e o máximo que a escola pode oferecer aos trabalhadores é uma promessa de empregabilidade (Gentili, 1999). Como na atual sociedade não há emprego para todos, a expectativa de empregabilidade não passa da absorção dos trabalhadores em postos de trabalho informal e precarizado. Talvez por isso que os alunos não vejam maiores motivos para frequentar a escola, isso para não mencionar o distanciamento dos conteúdos de ensino em relação ao contexto em que vivem, o abandono da escola por parte do Estado, a falta de sentido e de vínculos entre a escolarização e a satisfação cultural elaborada (Snyders, 1988).

Em contrapartida, esses mesmos aspectos parecem contribuir para que, na ONG, as aulas de Educação Física, acontecem de forma mais efetiva que na escola. Porém, destacamos que este fato não decorre somente da proposta pedagógica e da formação do professor de Educação Física.

Enquanto há um investimento significativo nas Organizações Não Governamentais, realizado pelas políticas focalistas e descontínuas estimuladas pelo pensamento neoliberal, há um “esquecimento” das escolas públicas, tornando-as, cada vez mais, um grande negócio. O Estado se desresponsabiliza e reduz os gastos com a escola, estimulando diversas formas de terceirização e de parcerias do tipo público-privadas, a exemplo do projeto “Amigos da Escola”, que desqualificam ainda mais o trabalho pedagógico a ser desenvolvido em seu interior. De outro lado, no âmbito da sociedade civil, as ONGs investem pesadamente no desenvolvimento

de projetos sociais de cunho filantrópico e assistencialista, cumprindo a função de alívio à pobreza. É neste contexto que a Educação se desenvolve dentro da ONG Casa da Criança. A Educação, que era um direito, passa a ser socializada como um privilégio.

Após o cumprimento da agenda neoliberal em nosso país, especialmente durante o governo FHC, além das privatizações e o programa de terceirização de vários segmentos que atuam dentro das escolas – como os serviços de limpeza e a merenda escolar – houve uma descentralização da execução de políticas públicas, do Estado para o Terceiro Setor. Este último vem, então, atuando nas lacunas deixadas pelo Estado, por meio de um conjunto de instituições privadas que agem em nome dos “interesses públicos”, sob forma de agências prestadoras de serviços e bens culturais. É nesse sentido que a Educação Física, como uma prática educativa, vem se realizando dentro da ONG, por mais avançados que sejam os objetivos e recursos colocados à disposição, pelo professor de Educação Física e demais profissionais, que ali atuam.

Então a Casa da Criança se diferencia da Escola por motivos fortemente econômicos e políticos, além dos pedagógicos. Sabemos que um bom planejamento, uma boa proposta, recursos e materiais adequados podem fazer muita diferença em uma prática educativa como a Educação Física, mas no caso analisado, há outros fatores que atravessam a diferença entre a Escola e ONG no trato pedagógico da Educação Física.

Portanto, não basta individualizar o processo afirmando que basta criatividade e boa vontade do professor para mudar os caminhos que a Educação Física vem trilhando dentro da escola, até porque a escola em questão ainda está permeada por uma série de outras problemáticas que não afetam somente a Educação Física, mas todo o seu conjunto: péssimas condições de trabalho docente, baixos salários, desgaste físico e emocional dos professores, manifestações de violência, falta de instalações adequadas, salas cheias, enfim, são muitos os problemas enfrentados pelas escolas públicas e que afetam também o trabalho dos professores de Educação Física.

Estes aspectos contam bastante para o sucesso ou fracasso do trabalho pedagógico da Educação Física, porém ainda não esgotam o problema. Outro fator que devemos considerar é que as ONGs não se prestam ao mesmo papel que as

escolas, ou seja, *elas não se comprometem com a socialização do conhecimento científico, com a sistematização do saber elaborado.*

Isto significa que a ONG não propõe uma prática educativa que tenha um caráter contínuo, sistemático, difícil, que exige concentração, trabalho, disciplina, mediação. Por isso mesmo que as aulas de Educação Física na ONG são desenvolvidas à luz de uma proposta mais “livre”, tanto em relação aos temas e conteúdos propostos, como em relação à metodologia adotada. Isso explica, em parte, a resposta dos alunos quando dizem frequentar a ONG *porque gostam.*

Como já dito no corpo do trabalho, este *gostar* mais da ONG está ligado também ao que ela oferece em termos de alimentação, de opções culturais como as oficinas, os espaços atrativos, como a brinquedoteca, e também porque na ONG a prática pedagógica não segue a sistemática da escolarização, com suas exigências e requisitos.

Não podemos negligenciar também a questão do planejamento das aulas de Educação Física, seu caráter individual ou coletivo. Conforme identificado nesta pesquisa, na Escola a professora de EF faz seu planejamento individualmente, com muita dificuldade, pois não há tempo e nem estímulo para isso. Já o professor da ONG constrói seu planejamento coletivamente com os outros professores da instituição, tendo a possibilidade de desenvolver um trabalho mais articulado e motivador para os alunos. Consequentemente, outra questão que faz a diferença são relações de trabalho entre os profissionais e com as crianças. Na escola, os professores pouco se encontram, não pensam coletivamente o trabalho e quase nunca desenvolvem projetos comuns. Já na ONG há, além do trabalho coletivo entre os professores, um relacionamento muito próximo com as crianças, na medida em que os profissionais convivem com as crianças para além das atividades educativas e das oficinas propriamente ditas.

Portanto, temos de um lado, na ONG, uma Educação Física que acontece efetivamente, que proporciona atividades lúdicas, que conta com a participação voluntária dos alunos, que oferece práticas diversificadas, etc, porém de forma descomprometida com a apropriação sistemática do conhecimento científico sobre a cultura corporal, e dentro de uma perspectiva de prestação de serviço sócio cultural. De outro, na escola, temos uma Educação Física com enormes dificuldades de se legitimar como componente curricular, mas que ainda assim não foge ao desafio de

se constituir como um campo de conhecimentos que tem algo a ensinar, apesar de todos os limites e contradições da escola.

Então concluímos que não podemos atribuir os adjetivos de “sucesso ou fracasso” à prática pedagógica da Educação Física, a depender do ambiente educacional onde ela acontece. Não podemos também responsabilizar exclusivamente os professores, nem mesmo as instituições educativas que lhe dão suporte e lugar. É preciso, sempre, considerar o conjunto de aspectos, funções, contradições e determinações sociais que atravessam o campo educativo na atualidade, na perspectiva de avaliar as correlações de força e a possibilidade de fazermos avançar a qualidade do trabalho pedagógico da Educação Física onde quer que ele aconteça.



## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Políticas sociais: Seus fundamentos lógicos e suas circunstâncias históricas. O Estado brasileiro e os direitos sociais: o esporte. In: HÚNGARO, Edson Marcelo (org). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.

BUSSMANN, Antonia Carvalho. O projeto político pedagógico e a gestão da escola. VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. ed. 26. Campinas: Papyrus, 1995.

CASA DA CRIANÇA - MORRO DA PENITENCIÁRIA (Org.). **Casa da Criança - Morro da Penitenciária**. Disponível em: <<http://www.casadacriancamp.org.br/>>. Acesso em: 24 out. 2011.

CASA DA CRIANÇA. **Projeto Político Pedagógico da Casa da Criança**. Florianópolis, 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. O Estado brasileiro e os direitos sociais: o esporte. In: HÚNGARO, Edson Marcelo (org). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.

CASTELLANI FILHO *et all.* **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CHARLOT, Bernard. A noção de relação com o saber: bases de apoio teórico e fundamentos antropológicos. In: **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização:** questões para educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COGGIOLA, Osvaldo; KATS, Claudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O enfrentamento da questão social na contemporaneidade: a funcionalidade das ongs.** III Jornada internacional de políticas públicas São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA HILDA THEODORO VIEIRA. **Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira.** Florianópolis, 2011.

FERNANDES, Maria Inês Assumpção; VARGAS, Ana Carolina Comin. **Participação social e ONGs: esboço de uma problemática.** USP, São Paulo, p. 01-08.

FRIGOTTO, Gaudencio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org). **Pedagogia da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 2007.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2009.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: **Pedagogia da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 2007.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 76-99.

HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão; GARCIA, Carla Cristina (Orgs.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008.

MARINHO, Vitor. **O esporte pode tudo**. São Paulo: Cortez, 2010.

MELO, Marcelo Paula de. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. Campinas: Autores Associados, 2005.

MONTEIRO, Mônica Borges; DIAS, Cleber Augusto Gonçalves(orgs). **Lazer e periferia: um olhar a partir das margens**. São Gonçalo, RJ: Instituto Usina Social, 2009.

NUNES, César. Filosofia, Educação e Emancipação: fundamentos éticos para uma prática política transformadora na sociedade brasileira do século XXI. **Revista de educação**, Pirassununga, v. 4, n. 4, p. 01-25, 11/2001.

OLIVEIRA, Wisllynelvelyze. **Políticas Públicas do Terceiro Setor: Escolas, ONGs e Empresas – atuações na região de Campinas**. (Trabalho de conclusão de curso) Faculdade de educação pela UNICAMP, Campinas, 2008.

OURIQUES, Nilso. **A Miséria do Esporte: reflexões sobre as políticas públicas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2010.

PALAFIX, Gabriel H. Muñoz. Planejamento coletivo do trabalho pedagógico da educação física – PCTP/EF como sistemática de formação continuada de professores: a experiência de Uberlândia. **Revista Movimento**, Porto Alegre. v. 10 n. 1. p.17. janeiro – abril, 2004.

RODRIGUES, Carlos César. **Saúde do corpo, rendimento no trabalho: a política do esporte no Estado Novo em Florianópolis**. (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 10.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SNYDERS, Georges. **A alegria na escola**. São Paulo: Manole, 1988.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

UDI ZANETTINI (Org.) **Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira**. Disponível em: <<http://escolahildateodorovieira.blogspot.com/>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

VAZ, Alexandre Fernandez; PINTO, Fábio Machado. Sobre a Relação Entre Saberes e Práticas Corporais: notas para a investigação empírica do fracasso em aulas de educação física. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.34, n.2, p. 261-275, mai/ago de 2009.

## ANEXOS

### **Roteiro de entrevista professora de Educação Física da escola – Hilda Theodoro**

1. Onde e quando foi sua formação?
2. Você já trabalhou em outras instituições além desta? Quais?
3. Em que ano iniciou seu trabalho aqui nesta instituição?
4. Como funciona o planejamento das aulas? Ocorre em conjunto com os outros professores? Ou é um processo individual?
5. Você procura se embasar em alguma proposta pedagógica, em alguma concepção de educação física, para sua prática pedagógica? Se sim, qual/quais?
6. A escola/estado tem uma proposta pedagógica, a qual você deve seguir?
7. Durante este ano você percebeu se as crianças mudaram/incorporaram alguns valores que são reforçados nas tuas aulas e aqui na escola?
8. Que trato pedagógico você utiliza para os diferentes grupos de crianças? Sendo que você dá aula para alunos de 1º ao 4º ano.
9. Como você seleciona os conteúdos para trabalhar com as turmas? Tem preocupação em seguir um conteúdo, ou as aulas têm um caráter mais livre?
10. Como é a estrutura para as aulas de EF? Tem opções de recursos, materiais, estrutura para você trabalhar?
11. Como você acha que se encontra, atualmente, a Educação Física escolar?
12. O que você acha sobre as relações interpessoais entre os alunos e destes com os professores? Da escola com a comunidade?
13. Como vem se desenvolvendo o processo de ensino-aprendizagem dos alunos? Você percebeu se os alunos estão aprendendo, se apropriando das práticas corporais nas tuas aulas?
14. Você acha que os alunos se mostram mobilizados e apropriados (vestimenta) para as práticas corporais?
15. Quais são suas maiores dificuldades nas suas aulas?

## **Roteiro de entrevista professor de Educação Física da ONG – Casa da Criança**

1. Onde e quando foi sua formação?
2. Você já trabalhou em outras instituições além desta? Quais?
3. Em que ano iniciou seu trabalho aqui nesta instituição?
4. Como funciona o planejamento das aulas? Ocorre em conjunto com os outros professores, das outras oficinas? Ou é um processo individual?
5. Você procura se embasar em alguma proposta pedagógica, em alguma concepção de educação física, para sua prática pedagógica? Se sim, qual/quais?
6. Como é a estrutura para as aulas de EF? Tem opções de recursos, materiais, estrutura para você trabalhar?
7. A ONG tem uma proposta pedagógica, a qual você deve seguir?
8. Você acredita que a educação física deve ser trabalhada de que forma aqui, na ONG? Da mesma forma que na escola, ou diferentemente dela, já que aqui é considerado uma instituição não formal de educação?
9. Durante este ano você percebeu se as crianças mudaram/incorporaram alguns valores que são reforçados nas tuas aulas e aqui na casa da criança?
10. Que trato pedagógico você utiliza para os diferentes grupos de crianças? Sendo que tem alunos de 7 a 15 anos.
11. Como você seleciona os conteúdos para trabalhar com as turmas? Tem preocupação em seguir um conteúdo, ou a aula tem um caráter mais livre?
12. Você acha que tem diferença da EF aqui na ONG, para a EF na escola, ou seja de uma instituição informal e não formal?
13. Como você acha que se encontra, atualmente a Educação Física escolar?
14. O que você acha sobre as relações interpessoais entre os alunos e destes com os professores? Da comunidade com a ONG?
15. Como esta o processo de ensino-aprendizagem dos alunos? Você percebeu se os alunos estão aprendendo, se apropriando das práticas corporais nas tuas aulas?
16. Você acha que os alunos se mostram mobilizados e apropriados (vestimenta) para as práticas corporais?
17. Você acredita que o trabalho realizado aqui na ONG traz resultados positivos para as crianças e para a comunidade?
18. Quais são suas maiores dificuldades nas suas aulas?

### **Pré-roteiro de observações das aulas de Educação Física**

- 1 Questão da esportivização: demonstrada nas aulas, com atividades de competição, comparação entre os alunos, exigência de rendimento.
- 2 Se os alunos que “escolhem” os conteúdos das aulas: se a aula é livre; se os alunos podem propor atividades para a aula e como o professor reage.
- 3 Se há um avanço programático de conteúdo.
- 4 Se o professor tem o domínio da turma.
- 5 Como é a aceitação/resistência, mobilização, e a disponibilidade corporal dos alunos durante as aulas.
- 6 As relações: professor-aluno, aluno-aluno, questão da violência, comportamentos.
- 7 A preocupação, princípios político-pedagógicos que orientam o trabalho do professor. Seus objetivos e conteúdos desenvolvidos nas aulas.